



PAULO VICTOR DE OLIVEIRA

História da Educação Ibiapinense:

das primeiras letras
ao ensino médio
(1759-2024)





Paulo Victor de Oliveira é nascido em São Benedito-CE, mas criado em Ibiapina-CE, onde estão suas raízes familiares, considera-se ibiapinense. É Licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA, Sobral-CE) e Bacharel em Direito pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI, Picos-PI). É ainda, Mestre em Geociências, com área de concentração em Paleontologia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, Porto Alegre-RS) e Doutor em Geociências, com área de concentração em Geologia Sedimentar e Ambiental, pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, Recife-PE). Atualmente é Professor Associado nível 001 da Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, em Picos (UFPI-CSHNB), onde coordena o Laboratório de Paleontologia de Picos (LPP), o grupo de Pesquisa em Ciências Naturais do Semiárido do Piauí (NUPECINAS) e o grupo de Pesquisas Paleontológicas em bacias interiores do Nordeste. É editor-chefe da revista Biosphere Comunicações Científicas e professor do Programa de Pós-Graduação em Geologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Tem diversos artigos científicos, livros e capítulos de livros publicados nacional e internacionalmente, e também se interessa pela pesquisa e pela produção de conhecimento nos campos da história e da educação.

E-mail: victoroliveira@ufpi.edu.br

Livros publicados

- O Mar de Picos (2020)
- Tropeçando na Pré-História (2023)
- Tesouros Patrimoniais: Sítios Paleontológicos do Noroeste Cearense (2023)
- Patrimônio Paleontológico do Piauí: os fósseis como testemunhos do passado (2023)

História da Educação Ibiapinense:

das primeiras letras
ao ensino médio
(1759-2024)

PAULO VICTOR DE OLIVEIRA

Sobral - CE
2025

Editora

**SER
TÃO
CULT**

História da Educação Ibiapinense: das primeiras letras ao ensino médio (1759-2024)

© 2025 copyright by Paulo Victor de Oliveira

Impresso no Brasil/Printed in Brazil



Editora
**SER
TÃO
CULT**

Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138
Renato Parente - Sobral - CE
(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222
contato@editorasertaocult.com.br
sertaocult@gmail.com
www.editorasertaocult.com.br

Cordenação Editorial e Projeto Gráfico

Marco Antônio Machado

Coordenação do Conselho Editorial

Antônio Jerfson Lins de Freitas

Conselho Editorial

Alisson Slider do Nascimento de Paula
Carlos Augusto Pereira dos Santos
Cícero João da Costa Filho
Felipe Azevedo Cazetta
Francisco Ari de Andrade
Francisco Dênis Melo
Geranilde Costa e Silva
Gilberto Gilvan Souza Oliveira
João Batista Teófilo Silva
Valéria Aparecida Alves

Revisão

Priscilla Uchoa Martins

Diagramação

Rosilene Alves de Albuquerque

Catálogo

Leolgh Lima da Silva - CRB3/967

O48h Oliveira, Paulo Victor de .

História da educação ibiapinense: das primeiras letras ao ensino médio (1759-2024). / Paulo Victor de Oliveira. - Sobral CE: Sertão Cult, 2025.

124p.

ISBN: 978-65-5421-205-2 - E-book em pdf

ISBN: 978-65-5421-206-9 - papel

Doi: 10.35260/54212052-2025

1. Educação ibiapinense (1759-2024). 2. Educação primária (Ensino Fundamental) 3. Educação secundária (Ensino Médio). I. Título.

CDD 370.98161

AGRADECIMENTOS

Adriana Cristina Alves Ferreira, Adriana Negreiros, Dona Ângela Matos Corrêa Aragão [Dona Angeli], Antônio Almir Fragoso Costa, Eclesier Magna de Carvalho, Dona Francisca Félix de Sousa, Francisca Ildeci de Carvalho, Francisco Cleano Melo, Giliano Carvalho de Alcântara, Irmã Dolores Correia (*in memoriam*), Irmã Odiran Oliveira, Jarbas Negreiros, João Brito, Dona Joana Melo, Leni Fernandes, Lúcia de Fátima Timbó da Costa, Lúcia Vânia Negreiros, Maria Carneiro Machado [Mariazinha], Maria Geni Negreiros de Queiroz, Maria Helena Negreiros de Oliveira, Maria Oselite Negreiros Andrade, Pe. Antônio Cláudio de Oliveira (*in memoriam*), Pe. Lusmar Sousa Fontenele, Raimunda Aragão (Tiusa) (*in memoriam*), Roberta Mendes da Rocha, Rosarinha Negreiros, Dona Rita Ximenes de Alcântara (*in memoriam*), Silvia Rodrigues, Suelen Carla de Paiva Silva Costa, Pedro Saulo Queiroz, Thaís Pereira Gomes.

A Instrução

A instrução é o fanal que nos guia no templo magnífico do progresso humano, é a pedra-angular do grande e suntuoso edifício social.

A sua marcha é muito lenta, mas firme, fazendo desaparecer a ignorância, esta fera cruel e deletéria que venda os nossos olhos com nuvens negras, até cairmos desastradamente num pélago de trevas.

Quem busca a instrução há de ser rigorosamente feliz, porque ela fortalece e fecunda com a sua luz suave e branda os nossos espíritos, pois é considerada como o mais poderoso alimento intelectual, que a perfectibilidade humana rende-lhe verdadeiro preito e homenagem. Tudo depende da santa instrução, é penas não ter ainda o povo compreendido a sua reconhecida utilidade para recebe-la de coração, isto sem distinção de classes sociais e sim para glória e felicidade de todos: compreendendo também, que um povo bem instruído está mais apto a preparar e garantir o futuro da pátria -, esta deusa soberana que é a leal testemunha de nossos primeiros passos na vida.

Ibiapina, 21 de novembro de 1908

Pedro Ferreira

Jornal: Ibyapina: organ litterario e noticioso, nº 4, ano I, página 1.

*À minha mãe, Helena Negreiros,
minha maior incentivadora, e
aos mestres Dona Rita Alcântara
e Mons. Odilon pelo trabalho
dedicado à educação em Ibiapina...*

PREFÁCIO

É com grande entusiasmo que apresento aos leitores este trabalho dedicado à História da Educação em Ibiapina-CE, um município cuja trajetória educacional se entrelaça com os desafios e conquistas de mais de dois séculos. Uma obra organizada de forma cronológica, de acordo com os registros escolares do município, em que evidenciamos o quanto a jornada educacional de Ibiapina é um reflexo das transformações sociais, políticas, econômicas e culturais que moldaram a região, desde os primórdios, quando as primeiras letras eram ensinadas pelos jesuítas, até os complexos sistemas de ensino do século XXI.

Neste livro, são explorados não apenas os marcos históricos e os avanços pedagógicos, mas também as histórias pessoais que, ao longo das gerações, contribuíram para a construção de uma comunidade educacional vibrante. A cada capítulo, mergulhamos nas políticas educacionais, na reestruturação do ensino, nas inovações pedagógicas, nos avanços quanto ao acesso à educação, proporcionando uma visão panorâmica que abrange desde a fundação das primeiras escolas, marcadas pela influência religiosa, até as modernas instituições educativas que moldam o futuro de nossos jovens.

Ao traçar essa narrativa, esperamos não apenas documentar o passado, mas também inspirar futuras gerações a valorizar e continuar aprimorando o legado educacional que nos foi deixado, cuja família Negreiros aqui ressaltamos, bem como todos os professores e professoras que

por este município passaram e deixaram suas experiências e modos de ser e fazer. A História da Educação em Ibiapina é, acima de tudo, uma história de perseverança, dedicação e esperança no poder transformador da educação.

Que este livro sirva como uma homenagem às muitas mentes brilhantes que contribuíram para esse rico patrimônio educacional, e como um farol de orientação para as adversidades que ainda estão por vir. Que cada página seja um convite para reflexão e uma celebração do poder da educação para moldar um futuro mais promissor para todos, cujo autor reforça no decorrer do manuscrito: “[...] Falar sobre Educação é falar sobre pessoas. E falar sobre pessoas, é falar sobre suas vidas e contribuições, é falar sobre quem toca e sobre quem é tocado”.

Profa. Dra. Patricia da Cunha Gonzaga Silva
Universidade Federal do Piauí

Teresina-PI, 27 de junho de 2024

APRESENTAÇÃO

Uma análise minuciosa através de consultas às edições de jornais que circularam no Estado do Ceará, entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX, e em livros e documentos diversos, possibilitou organizar de forma cronológica os registros escolares do Município de Ibiapina. Muitas das informações foram retiradas de periódicos como: *O Cearense*, *Pedro II*, *A Constituição*, *A Razão*, *A Lucta*, *A República*, dentre outros.

Visitas aos arquivos (físicos e digitais) do Arquivo Público do Estado do Ceará, Arquivo Nacional, e de Bibliotecas como a do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, Biblioteca Pública Municipal de Ibiapina (Cônego Alfredo Soares), Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro), por exemplo, também forneceram subsídios para esta pesquisa. Entrevistas feitas de forma presencial e virtual com algumas pessoas em Ibiapina, foram determinantes tanto para a coleta quanto para a confirmação de informações.

Após intensa pesquisa e levantamento de informações entre os anos de 2017 a 2024, apresento aos meus conterrâneos e demais interessados no tema, um pouco sobre a História da Educação no Município de Ibiapina.

Paulo Victor de Oliveira
Picos-PI, junho de 2024

SUMÁRIO

Os primórdios do ensino em Ibiapina	15
A primeira escola e o primeiro professor: registros escolares (1759–1849)	21
Registros escolares (1852–1888)	27
Registros escolares (1889–1959)	45
Escola de Mucambo.....	63
Grêmio Monsenhor Melo.....	64
Escola Profissional Monsenhor Melo (colégio das irmãs).....	66
Educandário São Pedro.....	72
Registros escolares (1960–2006)	77
Escola de 1º Grau Mons. Melo, posteriormente Escola de Ensino Fundamental e Médio Monsenhor Melo, e atualmente Escola de Ensino Médio Mons. Melo (colégio estadual).....	81
Grupo Escolar Municipal / Grupo Escolar Juvêncio Mendes da Rocha / Escola de Ensino Médio Rosa Martins Camelo Melo.....	87
Dados biográficos sobre Dona Rosa Martins Camelo.....	88

Centro Educacional Zulmira Melo (colégio do padre).....	89
Escola de Ensino Fundamental Maria Luiza de Sousa.....	96
Dados biográficos sobre Dona Maria Luisa.....	98
Escola de Ensino Fundamental Sofia Matos.....	98
Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Rita Ne- greiros.....	100
Dados biográficos sobre Dona Rita Negreiros.....	101
Centro Educacional SESC Ler de Ibiapina.....	102
Colégio Nossa Senhora dos Remédios.....	103
Administração escolar municipal (1973-2024) e as escolas atual- mente em funcionamento	105
Considerações	115
Referências	119

OS PRIMÓRDIOS DO ENSINO EM IBIAPINA

Não há dúvidas de que a Educação na Ibiapaba veio com a chegada dos jesuítas Pe. Francisco Pinto e Pe. Luiz Figueira. Para Alcântara (2001) “A educação das gerações mais jovens sempre foi uma meta prioritária na vida do povo ibiapinense, haja vista a preocupação dos Padres Jesuítas em fundar uma escola ao lado da capelinha”.

De acordo com Padre Sadoc em seu livro História Religiosa de Ibiapina (p. 33), a primeira escola Ibiapinense foi aberta por estes missionários e desbravadores jesuítas. Conforme Araújo (1983) foi na aldeia de Jurupariguaçu que teve início o primeiro esforço de catequese e civilização em terras do Ceará. É notório e cabe destacar que o ensino trazido pelos missionários jesuítas, apresentava um viés catequético/religioso e não de uma aprendizagem universal.

Ao contrário de Alcântara (2001) e Araújo (1983), Thomaz Pompeo de Sousa Brasil (edição de 1926), em seu livro *O Ceará no Centenário da Independência* (vol. 2, p. 680) ao resumir a atuação dos jesuítas na Ibiapaba, nos diz que, se anteriormente a 1759 os jesuítas abriram escolas, não há documentos que comprovem a existência das mesmas.

Cabe pontuar que a presença dos jesuítas na Ibiapaba, deu-se através de três tentativas/missões que tinham a finalidade de reunir os índios da serra em agrupamentos à luz da fé cristã. A primeira das

tentativas deu-se em 1608 com a missão dos padres Francisco Pinto e Luiz Figueira; a segunda ocorreu em 1656 com os padres Pedro Pedroso e Antônio Ribeiro, que partiram de São Luís (Maranhão) no dia 26 de junho, e após 35 dias, mais precisamente em 04 de julho de 1656, alcançaram a Ibiapaba. Esta viagem foi organizada e capitaneada pelo Pe. Antônio Vieira com apoio do Governador do Estado do Maranhão, André Vidal de Negreiros. A terceira tentativa de fixação dos jesuítas e a que teve melhor êxito, ocorreu em 1691 e perdurou até 04 de junho de 1759. Protagonizaram esta última missão os padres Ascenso (Ascenção) Gago e Manoel Pedroso, os quais tiveram grande influência na formação religiosa da região.

Segundo Castelo (1970) “é exato que no Ceará, como nas demais regiões da Colônia, o ensino particular primário é anterior ao oficial, que de maneira geral, só foi iniciado ou admitido após a expulsão dos jesuítas, em 1759”. Ainda conforme este autor, o relato do padre Antônio Vieira na “Relação da Missão da Serra da Ibiapaba”, que pode ser consultado na Revista do Instituto do Ceará, tomo XVIII, ano 1904, nos diz que “com sacrifícios foram semeadas a instrução e a educação dos primitivos habitantes de nossa terra”; e que Viçosa e Aquiraz são o que ele chamou de “núcleos originais da nossa formação intelectual, educacional e religiosa”. Os jesuítas, responsáveis por estes dois núcleos, fundados no início do século XVIII, de acordo com Sousa Brasil (1863) e Castelo (1970):

[...] eram os únicos encarregados do ensino público, e davam gratuitamente tanto a instrução primária como a secundária, mas esta somente àqueles jovens que se destinavam ao sacerdócio.

Plácido Aderaldo Castelo em seu livro *História do Ensino no Ceará* (p. 23-24), relata como sendo “evidentes o progresso e a iniciativa dos jesuítas como primeiros educadores e mestres em nossas terras”, e quantifica 380 alunos distribuídos em escolas primárias das cinco aldeias cearenses: Aldeia de Ibiapaba, Aldeia de São Sebastião de Paupina, Aldeia de Caucaia, Aldeia de Parangaba e Aldeia de Paiacu.

Com a expulsão dos jesuítas em 1759, as aldeias foram erigidas em vilas – com exceção da aldeia de Paiacu ou Monte Mor o Novo da América (Baturité) – e o ensino primário das escolas até então sob responsabilidade jesuítica, passou a pessoas sem vocação ao magistério.

A composição dos quadros das aldeias conforme ordem crescente intelectual e moral das aldeias elevadas à categoria de vilas, segundo dados do Barão de Studart, mencionado por Castelo (1970), é composta pelo nome do jesuíta até então responsável pela aldeia, e os nomes dos novos encarregados (pároco, coadjutor, diretor, e médico e mestre-escola, estes últimos cargos cumulativos à uma pessoa):

Aldeia de Ibiapaba - (Vila Viçosa Real, em 7.8.1759)

Jesuíta – Pe. Rogério Canísio

Vigário – Pe. Luís do Rêgo Barros

Coadjutores – Padres José Machado Freire e Francisco Ferreira da Silva

Diretor – Diogo Aviz Correia

Mestre – Albano de Freitas

Aldeia de São Sebastião de Paupina - (Vila Nova de Messejana, em 1.1.1760)

Jesuíta – Pe. José de Amorim

Vigário – Pe. Manuel Pegado de Siqueira Cortez

Coadjutor – Pe. Caetano Ferreira da Silva

Diretor – João Caetano Martins

Mestre – Elias de Sousa Pais

Aldeia de Caucaia - (Vila Nova de Soure, em 15.10.1759)

Jesuíta – Pe. José Inácio

Vigário – Pe. Antônio Carvalho da Silva

Coadjutor – Pe. Antônio de Canto de Almeida

Diretor – José Pereira da Costa

Mestre – Manuel Félix de Azevedo

Aldeia de Parangaba - (Vila Nova de Arronches, em 25.10.1759)

Jesuíta – Pe. Antônio Dantas

Vigário – Pe. Antônio Coelho do Amaral

Coadjutor – Pe. Francisco Jorge

Diretor – Manuel de Oliveira

Mestre – João Dias da Conceição

Aldeia de Paiacu - (lugar Monte Mor o Novo da América)

Jesuíta – Pe. José Caetano

Vigário – Pe. Antônio Peres e Cardenas

Diretor – Joaquim Pereira de Melo

Mestre – Inácio de Assunção

Segundo Castelo (1970) estes dados correspondem aos “nomes dos primeiros mestres do ensino público, com cerceamento de atribuições e que nem sempre diriam a respeito do magistério propriamente dito”.

Dados apresentados por Castelo (1970) mostram que quando eram aldeias que estavam sob condução dos jesuítas, frequentavam a escola de Soure, 100 rapazes e 48 raparigas, num total de 148, e em Viçosa, 63 rapazes e 40 raparigas, totalizando 103 alunos. Estes números encerram o ciclo educacional dos jesuítas, uma vez que o alvará régio de 28 de junho de 1759 determinou o fechamento dos colégios jesuítas e introduziu aulas régias a serem mantidas pela coroa.

Os jesuítas foram expulsos do Brasil, findando as atividades da Companhia de Jesus, em três de setembro de 1759. Com isso, a metrópole passa a interferir na instrução elementar, como nos afirma Silva *et al.* (2018):

A educação jesuítica, não era oportuna para os interesses comerciais da Coroa, pois a Companhia de Jesus tinha objetivo servir os interesses da fé, e Pombal passa a organizar a escola para servir aos interesses do Estado. É instaurado no lugar do sistema mais ou menos unificado

pelos jesuítas, que se baseava na seriação dos estudos, o ensino no Brasil passou a ser fragmentado e disperso, ministrado através de aulas isoladas, as aulas de primeiras letras e aulas de humanidades referenciavam a ensino das aulas régias. Ficando assim evidente que a reforma educacional foi mais uma estratégia na tentativa de modernizar a sociedade em prol do desenvolvimento econômico de Portugal para manutenção e o seu fortalecimento (Silva *et al.*, 2018).

Com a expulsão dos jesuítas, as aldeias foram elevadas a vilas em 1759, e as escolas das vilas de Soure e Viçosa, quando das suas inaugurações, tiveram respectivamente, 142 e 54 alunos matriculados. Dos 54 alunos de Viçosa, 20 pertenciam ao sexo masculino e 34 ao feminino (Castelo, 1970).

Sobre as primeiras escolas fundadas em 9 de junho de 1759, após a reforma pombalina, Menezes (1939) diz que haviam 142 alunos de ambos os sexos, alguns já casados, na escola de Soure [atualmente Caucaia], instruídos pelo mestre Manuel Félix de Azevedo, enquanto a segunda escola, na aldeia de Paiacús, era frequentada por 29 meninos e 34 meninas.

Segundo Sousa Brasil (1863) e Menezes (1939) a atuação do marquês de Pombal no âmbito educacional, atrasou ou paralisou o ensino. A escola da vila Viçosa Real, passou a funcionar em agosto de 1759 com a chegada do mestre Albano de Freitas.

Certo é que os primórdios da instrução educacional no Ceará deram-se no século XVII em solo ibiapinense, na época a maior aldeia de índios da Ibiapaba. Devemos isso aos padres Pinto e Luiz Figueira, missionários e desbravadores, sendo Pe. Pinto, considerado o primeiro mártir do Ceará. A Ibiapaba é, pois, o berço da civilização cearense, e foi em Ibiapina que os ditos padres plantaram a semente de nossa educação. Para o Padre Francisco Sadoc de Araújo, em sua obra *História Religiosa da Ibiapina* (1983), foi na Ibiapaba que teve início o trabalho de evangelização e de catequese no Ceará.

Cabe destacar ainda que a referida escola instituída pelos jesuítas em Ibiapina, destinava-se à catequese e não ao ensino convencional. Portanto, apresentamos a seguir dados referentes à primeira escola de Ibiapina.

A PRIMEIRA ESCOLA E O PRIMEIRO PROFESSOR: REGISTROS ESCOLARES (1759–1849)

Segundo Castelo (1970) é exato que coincide a criação das primeiras escolas públicas no Ceará, com a atitude da Corte de encerrar as missões jesuíticas.

A partir de 1759 o ensino, ainda embrionário, continua seu caminho em vagarosa evolução, e que segundo Castelo (1970), sem sistema nem método, perduraria até 1772, sob o critério dos interesses locais, sem recurso ou subvenção que pudesse proporcionar iniciativas louváveis.

Referências à criação de escolas para os índios, nas atuais vilas de Viçosa Real, Nova Messejana, Soure, Arronches e no lugar Paiacu (Baturité), só são conhecidas por atos oficiais a partir de 1784.

Em agosto de 1759 chegou a Viçosa Albano de Freitas, nomeado como mestre da escola ali criada.

A criação de escolas nas colônias portuguesas foi amparada legalmente por carta de lei de 6 de novembro de 1772. As escolas criadas ficaram sob inspeção da “*Real Mesa Censoria*” e para o custeio delas, outra lei de 10 de novembro do mesmo ano criou, em Portugal e no Brasil, o imposto conhecido por subsídio literário (Santos, 1876).

Segundo Sousa Pinto (1939), são carentes os dados relacionados a atos oficiais sobre a instrução primária no Ceará no decorrer do século XVIII. Dados de Thomaz Pompeo mencionado por Castelo (1970) sobre a dinâmica escolar de 1784 a 1799 no Ceará apresentam trechos

desse movimento, dentre os quais destacamos o mais antigo e aquele que nos interessa, que assim diz:

Em 27 de março de 1784, a Câmara de Viçosa reuniu-se sob a presidência do capitão Francisco da Cunha Brandão, a fim de ordenar o pagamento de cinco bancos requeridos para a escola de Baepina (Ibiapina) pelo professor José de Barros Wanderley, bancos que custaram 1\$240.

Esse fato sobre o pagamento dos bancos para a escola de Ibiapina, também consta em Menezes (1939).

Esta escola em Ibiapina muito provavelmente tenha sido criada quando o governador da capitania (1782-1789) era João Batista de Azevedo Montauray. Uma vez que ele propôs o estabelecimento de aulas de gramática latina em Fortaleza, Aracati e Icó, além de escolas de ler, escrever e contar nas principais vilas e povoados (Studart, 1921).

Em 1798 existiam nove escolas no Ceará, e ao que parece a escola da povoação de Ibiapina, pertencente à então Vila de Viçosa, é uma das mais antigas. Dentre estas nove escolas, tem-se a primeira escola pública de Sobral, fundada em 1782 (Costa, 2011) e a de Ibiapina, que já existia em 1784, enquanto as demais foram criadas entre 1785 e 1792.

A escola de Sobral teve como primeiro diretor o padre Manuel Francisco Rodrigues da Cunha (Costa, 2011), e em Ibiapina, José de Barros Wanderley foi o professor responsável por ensinar a ler, escrever e contar, portanto, o primeiro professor de Ibiapina, ao contrário do que apontam autores como Assis (1911) e Alcântara (2001).

De acordo com Sousa Pinto (1939), no intervalo de 63 anos, desde o ano de 1759 quando foi criada a primeira escola de ler, escrever e contar da capitania do Ceará, até quando o Brasil deixou de ser colônia, em setembro de 1822, a referida província contava com 27 escolas. Cabe destacar que a primeira delas foi criada na Vila Nova de Soure (atualmente município de Caucaia).

De acordo com Girão (1986), a instrução não era assunto de interesse primordial para o Estado. O ensino era restrito ao ambiente familiar,

onde em alguns casos, mestres eram contratados para se ocupar da educação dos filhos de famílias mais abastadas.

Na passagem do século XVIII para o século XIX a situação do ensino no Ceará era precária, com professores mal pagos, incapazes do exercício do magistério, no “mais baixo nível intelectual e moral” (Menezes, 1939, p. 312).

O trabalho de pesquisa e resgate histórico aqui apresentado, não encontrou registros materiais para o período entre 1785 e 1851, relacionados de forma direta com a então povoação de São Pedro de Ibiapina. No entanto, é importante destacar a atuação do senhor Francisco Miguel Pereira, pai do extraordinário e célebre Padre Ibiapina, no âmbito do ensino em nossa cidade.

Francisco Miguel Pereira, oriundo de uma das principais famílias de Sobral, após desgostar seus pais ao desistir de ir para o seminário e raptar e casar-se com D. Thereza de Jesus, também de boa família, mudou-se para a povoação de Ibiapina (provavelmente por volta de 1805).

Posteriormente, adicionou Ibiapina ao seu nome, e ali passou alguns anos ensinando meninos para viver. Em 1806 nasceu em Ibiapina seu filho José Antônio Pereira – o futuro Pe. José Antônio de Maria Ibiapina, ou apenas Pe. Ibiapina –, apesar de outros autores apontarem como local de nascimento a cidade de Sobral (Fazenda Morro da Jai-bara). Essa divergência de informações não é aqui discutida por fugir do objetivo deste trabalho.

Não se sabe por quanto tempo Francisco Miguel e a família moraram na pequena povoação de Ibiapina, que por volta de 1808, conforme o recenseamento feito na administração de Barba Alardo, era formada por 4.170 habitantes. De Ibiapina, Francisco Miguel Pereira Ibiapina partiu para a cidade de Icó onde fixou residência como tabelião (Studart, 1908).

Francisco Miguel Pereira Ibiapina é conhecido por sua participação como revolucionário na Confederação do Equador. Foi fuzilado em 7 de maio de 1825 na atual Praça dos Mártires ou Passeio Público em

Fortaleza, Ceará. Enquanto viveu em Ibiapina contribuiu com o ensino de diversos meninos, sendo, portanto, importante registrar sua contribuição à educação dos ibiapinenses.

Ademais, sabe-se da existência de uma portaria datada de três de abril de 1822, emitida pelo Governo Provisório, mandando criar cadeiras de primeiras letras, e de latinidade em diversas vilas e povoações do Ceará, mas o Governo decide esperar pela resolução da Assembleia Geral Legislativa a reunir-se em breve, subsistindo aquelas que já haviam sido criadas (Studart, 1921).

A Independência do Brasil não trouxe mudanças imediatas e significativas na esfera educacional do país, que continuou sofrendo influência direta da igreja católica.

Em 12 novembro de 1827, a deputação do Ceará apresentou à Câmara Temporária o projeto de criação de um Liceu na Vila Viçosa, na serra da Ibiapaba, servindo para isso a casa colegial deixada pelos padres jesuítas (Studart, 2004).

O pedido acima, se atendido, certamente teria beneficiado as povoações e vilas da Ibiapaba, mas infelizmente não existem dados que comprovem o atendimento da solicitação feita, muito provavelmente porque o referido Liceu não existiu, uma vez que o próprio Liceu do Ceará, localizado em Fortaleza, só foi fundado em 1845.

Data de 15 de outubro de 1827 a lei que estabelecia a criação de escolas primárias em todas as vilas e cidades. No entanto, a situação era crítica por toda a província do Ceará, com escolas sem infraestrutura, que geralmente funcionavam na própria residência do mestre, professores despreparados, péssimo salário, e um ensino focado em aprender a ler, escrever, as quatro operações matemáticas (de aritmética), além de princípios da religião católica.

Segundo Moreira (2021), as administrações do segundo reinado, compostas por uma maioria de donos de terra, reclamavam da baixa disponibilidade de recursos orçamentários para atender aos seus interesses, e assim, era comum tratar com descaso os investimentos em

educação e saúde públicas. Podemos dizer que esse panorama não é distinto à nossa realidade.

De acordo com Menezes (1939), com base em dados do historiador João Brígido, o ensino não era prazeroso, mas sim visto como castigo, principalmente devido às estratégias nada pedagógicas, como o uso da palmatória.

O Liceu do Ceará foi a primeira e mais significativa instituição escolar de ensino secundário, servindo de modelo para outras escolas (Costa, 2011). Em 24 de dezembro de 1849 foi editada uma lei pelo presidente do Ceará, proibindo a abertura de escolas sem sua autorização. Para mais detalhes sobre o ensino no Ceará e em Sobral, sugere-se a leitura de Costa (2011).

REGISTROS ESCOLARES (1852–1888)

A situação da instrução primária no Ceará durante o regime monárquico, conforme os relatórios dos vários presidentes da província, era resumida na seguinte afirmação: *Tudo está por fazer, desde a escola aos métodos de ensino*¹.

O trabalho de investigar o passado tem seus percalços, sendo inevitável a quem o faz, deparar-se com a insensibilidade e a escassez. A primeira, imposta por algumas das pessoas que detêm a informação e dificultam, e às vezes até negam, o acesso. A segunda, pela falta de dados. Estes, ou inexistentes, perdidos no decorrer do tempo dadas as intempéries e a inúmeros outros fatores que deterioram e exaurem o registro físico das informações, ou porque realmente não existem, ou ainda, porque não se dispõe de meios eficazes no achado dos registros históricos.

Muito provavelmente alguma destas dificuldades tenha levado o escritor ibiapinense Pedro Ferreira de Assis a apontar como primeiro professor de Ibiapina o Sr. Domingos Correia Lima. Este professor foi designado para uma cadeira de instrução primária na então povoação de São Pedro de Ibiapina em 1852. Assim diz Assis (1911, p. 16) em seu *Album Histórico D'Ibyapina do Estado do Ceará*: “por lei provincial N.º. 606 de 8 de novembro de 1852 foi creada a primeira cadeira de

1 Guilherme SOUSA PINTO, *Instrução Pública Primária do Ceará*. Regime colonial, regime monárquico e regime republicano, p. 73.

instrução primaria de Ibiapina, sendo nomeado no mesmo ano seu professor publico – Domingos Correia Lima”.

Considerando os documentos analisados, na prática, o registro mais antigo de professor em Ibiapina data de 1784 (Castelo, 1970), e que em nosso entendimento, Assis (1911), considera que a primeira cadeira de ensino fora criada apenas em 1852, por ter sido esta regulamentada por lei, enquanto para a outra, de 1784, não se dispõe até o momento, de registro legal da mesma natureza.

Ademais, em 1784 Ibiapina era apenas um povoado pertencente à Vila Viçosa. A escola de Ibiapina, criada em 1784 pela então Câmara da Vila Viçosa Real e regida pelo professor José de Barros Wanderley, é posteriormente mencionada por Assis (1935) em sua obra *Diccionario Historico e Geographico da Ibiapaba*.

A criação da primeira cadeira de ensino de Ibiapina está registrada na edição de nº 1201 do Jornal Pedro II, datada de 15 de janeiro de 1853 (Figura 1), que assim diz, em transcrição:

Governo da Provincia

Resolução N°. 601 - de 8 de novembro de 1852
N°. 34

Creando cinco cadeiras de 1^{as}. Letras para o sexo masculino nos seguintes lugares – villa de Santa Cruz, povoação do Assaré, Taboleiro d’Arêa, S. Pedro de Ibiapina, e S. Francisco da Uruburetama.

Dr. Joaquim Marcos d’Almeida Rego, presidente da provincia do Ceará [*trecho ilegível*].

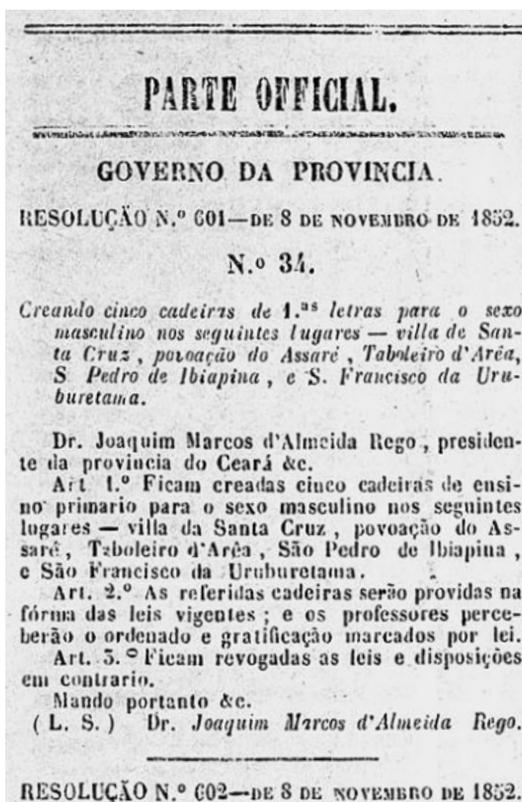
Art. 1º Ficam creadas cinco cadeiras de ensino primario para o sexo masculino nos seguintes lugares – villa da Santa Cruz, povoação do Assaré, Taboleiro d’Arêa, São Pedro de Ibiapina, e São Francisco da Uruburetama.

Art. 2º As referidas cadeiras serão providas na forma das leis vigentes; e os professores perceberão o ordenado e gratificação marcados por lei.

Art. 3º Ficam revogadas as leis e disposições em contrario. Mando portanto [*trecho ilegível*].

(L. S.) Dr. Joaquim Marcos d’Almeida Rego.

Figura 1 - Resolução N.º 601 - de 8 de novembro de 1852, N.º 34, que reporta da criação da cadeira de primeiras letras, para o sexo masculino, na povoação de São Pedro de Ibiapina



Fonte: Jornal Pedro II (edição de n.º 1201, datada de 15 de janeiro de 1853).

Perceba que o número da lei difere entre aquele apresentado por Assis (1911) e o que consta na edição do Jornal Pedro II, onde o primeiro diz que é 606 e o segundo, 601. Ambos os registros estão equivocados. A consulta ao livro *“História do Ensino no Ceará”*, de Plácido Aderaldo Castelo, nos permite esclarecer o mal-entendido e corrigir o número da lei que na realidade é N.º. 609, de 8 de novembro de 1852 (Castelo, 1970).

Cabe destacar que estas primeiras iniciativas de criação de cadeiras de ensino no interior do Ceará deram-se em escolas que funcionavam em

casas, chamadas casas-escolas, as quais eram muito simples e carentes de professores, material didático e, incrivelmente, de alunos. Algumas dessas cadeiras chegaram a ser fechadas pela pouca frequência discente.

A partir do ano de 1784, o registro mais próximo relacionado à instrução escolar em Ibiapina corresponde ao de 1852, quando foi criada a cadeira de ensino para a então Villa de São Pedro de Ibiapina. A criação desta cadeira está entre as 61 mais antigas em todo o Estado estabelecidas até 1856. Após a criação da referida cadeira é noticiada a abertura, em breve, de concurso público conforme jornal da época:

Edital – Mandando fazer publico, para conhecimento de quem pertencer que no dia 5 de abril proximo fucturo terá lugar o concurso das cadeiras de 1^{as}. Letras das povoações de Pacatuba e Tamboril, no dia 6 do mesmo as da villa de Santa Cruz, e da povoação de S. Pedro da Ibiapina, e no dia 8 as das povoações do Assaré e S. Francisco da Uruburetama (Jornal Pedro II, n° 1210, de 16 de fevereiro de 1853).

Em 20 de dezembro de 1853 a Secretaria do Governo do Ceará publica breve nota veiculada no Jornal O Cearense, posteriormente chamado apenas Cearense, sobre concurso para provimento de professor para Ibiapina:

O Sr. Presidente da Província manda faser publico, para conhecimento, de quem convier, que no dia 17 de Fevereiro de 1854, terá lugar o concurso da Cadeira de 1^a letras da povoação de S. Pedro da Ibiapina, que se acha vaga. (O Cearense, n° 690, de 20 de dezembro de 1853, p. 4).

É interessante ressaltar que Ibiapina, entre os anos de 1842 e 1878, esteve subordinada ao município de São Benedito, como distrito deste (ato provincial de 18 de novembro de 1842). Foi desmembrado de São Benedito ao fim do ano de 1878, ao ser elevado à categoria de vila com a denominação de São Pedro de Ibiapina, pela Lei provincial n° 1773 de 23 de novembro de 1878, e instalado em 01 de julho de 1879².

2 <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=3457&view=detalhes>.

Apesar do distrito de Ibiapina pertencer ao termo do município de São Benedito, teve sua cadeira de primeiras letras criada dois anos antes da cadeira de primeiras letras em São Benedito, esta última criada pela Lei nº. 685, de 28 de outubro de 1854.

O jornal O Cearense de 21 de fevereiro de 1856, traz a seguinte publicação da Secretaria da Directoria da Instrucção publica do Ceará, datada de 18 de fevereiro de 1856:

[...] o director geral de instrucção manda fazer publico que tem marcado os dias de 20 a 31 do vindouro mez de maio para concurso de todas as cadeiras publicas primarias da província, que se achão vagas e interinamente providas; sendo aquellas para o sexo masculino, a da villa do Saboeiro e povoações de Arneirós e Boa-Viagem, e para o femenino, as das villas de S. João do Principe e Jardim, e estas, para o sexo masculino, as da cidade de Sobral e das villas do Cascavel, Acaracù, Pereiro, Jardim, Maria Pereira e Lavras, e das povoações de Soure, S. Anna, S. Quiteria, S. Benedicto, **S. Pedro Ibiapina**, S. Francisco da Uruburetama e Campo Grande, e para o femenino, das villas de Russas e Barbalha e da povoação de Maranguape devendo os pretendentes ás ditas cadeiras habilitarem-se e escreverem-se na fórmula da lei de 22 de outubro de 1855 e instrucções de 21 de maio do mesmo anno, até 19 do futuro maio: a que se faz publico para conhecimento de todos (O Cearense, nº 908, de 21 de Fevereiro de 1856, p. 4).

A edição nº 1763 do jornal Pedro II (p. 3) de seis de janeiro de 1858, traz uma lista com os nomes dos professores de primeiras letras distribuídos por todo o estado. Eram 04 cadeiras na capital e 45 no interior do estado, todas ocupadas por homens, dentre eles, Domingos Correa Lima, professor em São Pedro d'Ibiapina.

Com o intuito de melhor conhecer o interior do país, nasceu dentro do Instituto Brasileiro em 1º de outubro de 1856 a Comissão Científica de Exploração das Províncias do Norte. Apoiada pelo Imperador Dom Pedro II, as despesas da referida comissão foram incluídas na lei orçamentária para o biênio 1857-1858.

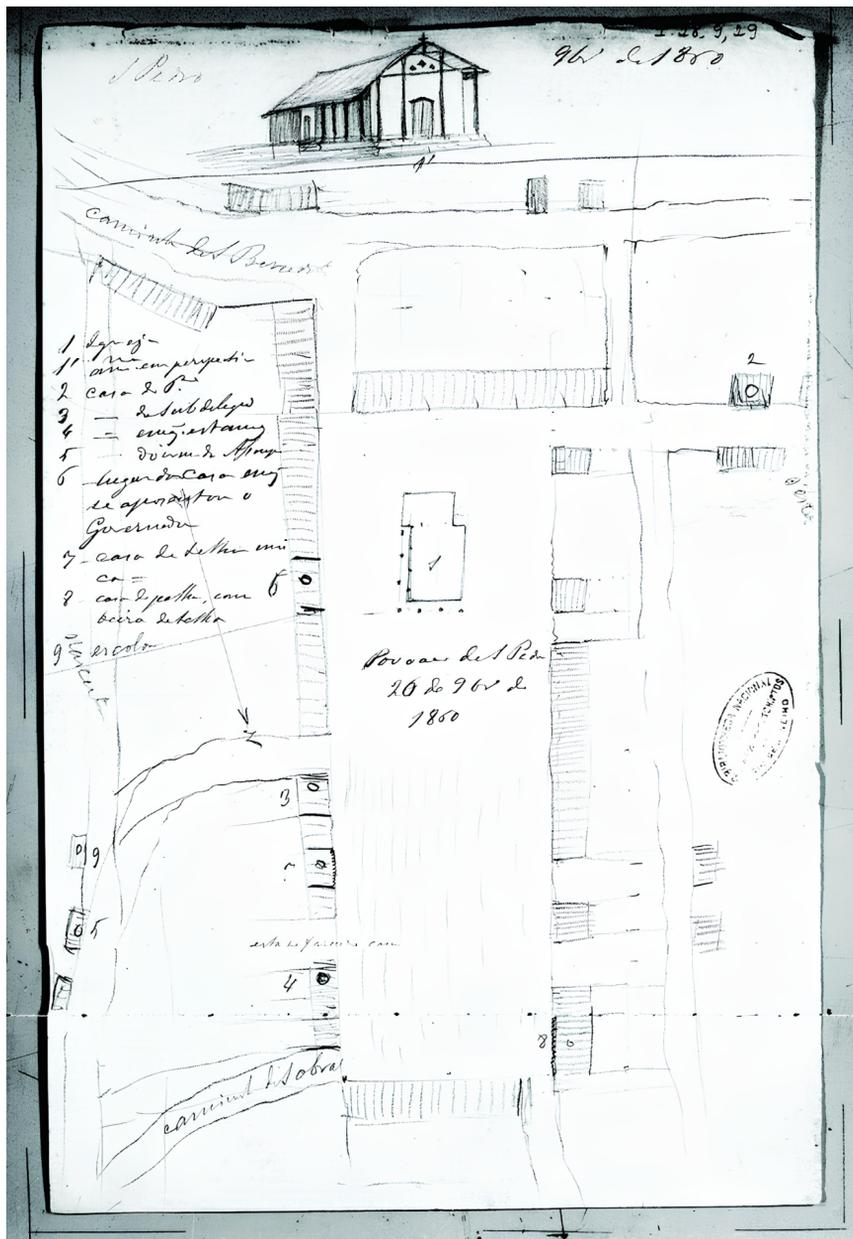
Em 1859 desembarcaram em Fortaleza os membros da Comissão Científica do Império, dentre eles o poeta Gonçalves Dias (1823-1864) e o chefe da comissão, Francisco Freire Alemão (1797-1874). Segundo Moreira (2021) o poeta, enquanto permaneceu no Ceará, chegou a trabalhar em um texto com sugestões de melhorias para o ensino público da província. Naquele ano a cidade de Fortaleza tinha uma população de 16 mil habitantes e contava com oito escolas primárias.

Em 22 novembro de 1860 (uma quinta-feira), a Comissão Científica de Exploração das Províncias do Norte e Nordeste chegou à vila de São Pedro de Ibiapina às 17h20. Francisco Freire Alemão, presidente da referida comissão e chefe da seção de pesquisas em botânica, Manoel, o companheiro de viagem, e provavelmente, Manoel Francisco, o comboieiro, apearam-se na casa do subdelegado tenente Vitorino Alves Teixeira.

Durante sua estadia na vila de São Pedro de Ibiapina, Francisco Freire Alemão desenhou um esboço do então povoado (Figura 2). Destaca-se no esboço feito por Freire Alemão, a presença de uma escola (número 9 no esboço). Comparando o esboço apresentado com o traçado urbano atual, pode-se apontar como o local da escola no ano de 1860 a R. Sete de Setembro, nas imediações das residências de Dona Maria José Pinheiro Aragão (conhecida como Dona Mazé do Correio) e a da saudosa professora de português Dona Rita Alcântara (*in memoriam*). Essa escola era destinada apenas ao sexo masculino (consta na obra de Thomaz Pompeo de Sousa Brasil, 1863/1864).

A imagem apresenta uma legenda lateral, a qual se transcreve: 1. Igreja; 1'. Igreja em perspectiva; 2. Casa do Padre; 3. Casa do Subdelegado; 4. Casa em que estamos; 5. Casa do [ilegível]; 6. Lugar da casa em que se aposentou o Governador [João Carlos d'Oeynhausens]; 7. Casa de telha única; 8. Casa de palha com beira de telha; 9. Escola.

Figura 2 - Esboço do Povoado de São Pedro de Ibiapina. Desenho feito em 26 de novembro de 1860 por Francisco Freire Alemão, membro da Comissão Científica de Exploração, durante sua passagem por Ibiapina



Fonte: Biblioteca Nacional.

Em expediente do governo da província datado do dia 25 de junho de 1861 e publicado no Jornal O Cearense de dois de julho do mesmo ano, a tesouraria provincial resolve extinguir a cadeira de ensino de Ibiapina. O referido jornal, assim reporta em sua primeira página:

A tesouraria provincial – Em resposta ao seu officio numero 132 de 15 do corrente com o qual remetteo-me um atestado passado pela directoria da instrucção publica em prova do exercicio do professor primario da povoação de S. Pedro de Ipiapina, tendo a dizer-lhe que, á vista da disposição do art. 5 da lei provincial numero 937 de 16 de agosto do anno passado nenhum outro procedimento é admissível para com os professores, cujas aulas não são frequentadas por 10 alumnos pelo menos, senão o de serem elles removidos por se dever declarar extinctas as respectivas cadeiras, e que portanto tem o referido professor direito aos seus vencimentos com o abate da 6ª parte, na forma do art. 43 do regulamento de 22 de outubro de 1853 (O Cearense, nº 1454, de 02 de Julho de 1861, p. 1).

Como já mencionado, procurou-se sempre transcrever as informações levantadas, *ipsis litteris* como nos textos originais, seguindo a grafia da época. Quanto à forma como a palavra Ibiapina foi redigida no texto, provavelmente deva ter sido um erro de digitação do próprio jornal. A mesma página do jornal traz ainda de forma mais direta a extinção da cadeira de ensino nas palavras do diretor da instrução pública:

Que devendo ser declarada extincta a cadeira de primeiras letras da povoação de S. Pedro da Ibiapina, visto que não era frequentada por alunos em numero legal, indicasse a esta presidencia uma outra cadeira de igual cathegoria, para onde fosse removido o respectivo professor (O Cearense, nº 1454, de 02 de Julho de 1861, p. 1).

Ainda no ano de 1861 é também veiculada pelo Jornal Pedro II, a portaria de remoção do professor Domingos Correia Lima:

Removendo por assim o haver pedido a Domingos Correia Lima do cargo de professor primário da povoação de S. Pedro de Ibiapina, para o mesmo emprego na Boa-Viagem, do termo de Quixeramobim, e marcando-lhe o prazo de 2 mezes para que entrasse no respectivo exercicio (Jornal Pedro II, nº 221, de 26 de stembro de 1861, p. 2).

A remoção do referido professor também é notícia na edição de nº 221, do Jornal Pedro II, de 26 de setembro de 1861 (página 2). No entanto, refere-se à localidade de Boa-Vista do termo de Quixeramobim, e dá outra grafia ao sobrenome do professor, que é apresentado como Domingos Corrêa Lima.

Conforme noticiado no jornal Gazeta Official, foi publicado edital, em 11 de maio de 1863, para preenchimento da vaga da cadeira de instrução primária do sexo masculino de Ibiapina, que permaneceu vaga até 1864, quando foi então nomeado pelo governo do Ceará através da portaria nº 22, Miguel Soares e Silva (Gazeta Official, nº 136, p. 1, 1864; nº 138, p. 2, 1864).

Ainda na década de 1860, conforme dados de Assis (1911, p. 20), morava na vila de Ibiapina o senhor Pe. João José Mendes de Mello (o Padre Mello), natural de Sobral e, que ele tinha sob sua direção uma aula particular nas palavras do autor “bem esperançosa, sendo esta a primeira fundada n’esta terra”. Trata-se da primeira escola particular que funcionou em Ibiapina com data de 1863, de acordo com Alcântara (2001).

Cabe destacar ainda, sobre o professor Domingos Correia Lima, a existência de uma queixa contra ele, por ter extraviado os utensílios da aula de São Pedro de Ibiapina para a povoação do Limoeiro, para onde fora transferido (Gazeta Official, nº 167, p. 1, 1864).

Em seu Ensaio Estatístico da Província do Ceará (Tomo I), publicado em 1863, Thomaz Pompeo de Sousa Brasil, dedica um capítulo à “Instrução Publica”. De acordo com o autor, eram os jesuítas responsáveis pelo ensino público no início do século XVII, mais precisamente nas vilas de Aquiraz e Viçosa. Este ensino era dado de forma gratuita, tanto a instrução primária quanto a secundária, esta última apenas aos jovens que se destinavam ao sacerdócio.

Com a expulsão dos jesuítas de todo o reino português (Portugal e suas colônias) em 1759, pela atuação do primeiro ministro de Dom José I (rei de Portugal), o Sr. Sebastião José de Carvalho e Mello, conde de Oeiras (1759) e depois Marquês de Pombal (1777), o ensino no Brasil

como um todo sofreu consequências. Após este fato, o ensino público no Ceará, só vem a ser (re)descoberto em 1800, conforme Sousa Brasil (1863, p. 800), que assim diz:

Depois da extincção da Companhia, venho só a descobrir ensino publico em 1800, quando o bispo de Pernambuco D. José Joaquim d’Azevedo Coitinho, nomeado pelo rei director geral dos estudos em todo o bispado, propoz a criação de cadeiras e fiscalizava-as, percebendo das juntas fiscais de cada capitania o producto dos impostos chamados litterarios, que eram destinados ao costeio do magistério publico.

Sousa Brasil (1863, p. 800) apresenta ainda, dados sobre o conteúdo ministrado, ingresso na carreira docente, proventos e número de alunos. No Ceará, nesta época existiam o ensino primário, ensino secundário e ensino profissional. Destaca-se aqui o ensino primário, tendo em vista ser o único presente na então povoação de São Pedro de Ibiapina, pertencente à Vila de Viçosa, destinado apenas ao sexo masculino. Conforme dados do referido autor, o conteúdo do ensino primário dividia-se em: *“Instrucção moral e religiosa; Leitura e escripta; Noções essenciaes de grammatica nacional; Principios d’arithmetica com practica das quatro operações em números inteiros, quebrados, decimaes, e complexos; Systema usual de pesos e medidas da provincia e imperio”*.

Este ensino era confiado a professores providos em concurso, que se tornavam vitalícios após cinco anos de bons serviços. O cofre provincial custeava o ordenado e a gratificação desses professores, os quais deveriam dispor de casa para o funcionamento da escola. As turmas geralmente eram compostas por 40 alunos nas cidades e 30 nas vilas e povoações. Os vencimentos eram classificados em cinco categorias para as cadeiras do sexo masculino e em três categorias para aquelas destinadas ao sexo feminino, e o valor a ser recebido levava em consideração a localidade na qual o professor estivesse lotado. Essas categorias obedeciam a importância das localidades. Estes dados nos são apresentados por Sousa Brasil (1863), na imagem a seguir:

Figura 3 - Tabela de vencimentos classificados em cinco categorias para as cadeiras do sexo masculino e em três categorias para aquelas destinadas ao sexo feminino.

Categorias	Localidades.	VENCIMENTOS.			Cadeiras.	Despesa total.
		Ordenados.	Gratificações.	Total para cada cadeira.		
1ª	Capital.....	700\$000	200\$000	900\$000	4	3:600\$000
2ª	Cid. contraes...	600\$000	200\$000	800\$000	12	9:600\$000
3ª	Comarcas [v.**]	500\$000	200\$000	700\$000	6	4:200\$000
4ª	Villas simples	400\$000	200\$000	600\$000	15	9:000\$000
5ª	Povoações....	300\$000	200\$000	500\$000	45	22:500\$000
	Adjunctos....	120\$000	...	120\$000	6	720\$000
	TOTAL.....	88	19:620\$000

As cadeiras do sexo feminino formam 3 categorias:

Categorias	Localidades.	VENCIMENTOS.			Cadeiras.	Despesa total.
		Ordenados.	Gratificações.	Total para cada cadeira.		
1ª	Capital.....	600\$000	200\$000	800\$000	4	3:200\$000
2ª	Cidades.....	400\$000	200\$000	600\$000	8	4:800\$000
3ª	Villas e pov.**	300\$000	200\$000	500\$000	20	10:000\$000
	TOTAL.....	32	18:000\$000
	TOTAL GERAL.....	120	67:620\$000

Fonte: Sousa Brasil (1863).

Como Ibiapina era uma povoação, o ordenado do professor correspondia à 22:500\$000 réis, haja vista que havia apenas uma cadeira, e esta, destinada ao ensino do sexo masculino.

O autor manifesta ainda sua preocupação com a pequena quantidade em relação ao número de escola por habitante (1 para cada 4473 habitantes), bem como de aluno por habitantes (1 por 117) em toda a província, com base em dados do período de 1860 a 1861. Os dados levantados pelo autor evidenciam que os salários das professoras eram inferiores aos dos professores e que a quantidade de escolas destinadas ao sexo masculino eram mais que o dobro daquelas destinadas ao sexo feminino. O custo do ensino primário a cada habitante da província girava em torno de 222 rs (réis).

O município de Viçosa, ao qual pertencia a povoação de Ibiapina, apresentava, no ano de 1860, uma população de 14.821 pessoas. Viçosa encontrava-se servida, no campo educacional, por 04 cadeiras de ensino público, que juntas totalizavam 218 alunos, dos quais 47 meninos, conforme dados de Sousa Brasil (1863), frequentavam a cadeira de Ibiapina, regida pelo professor Domingos Correia Lima.

O mesmo autor, no Tomo II de seu Ensaio Estatístico, reitera a presença das “4 escolas primarias, 2 na villa [Viçosa], uma para cada sexo, e as outras 2 para o sexo masculino em S. Pedro e S. Benedicto”. No entanto, diz serem frequentadas por 198 alunos, número que difere daquele apresentado acima, de 218 como consta no Tomo I da mesma obra (1863).

Conforme dados levantados a partir de alguns periódicos, respondeu pela cadeira de ensino primário em Ibiapina entre 1865 a 1868, o professor. Sr. Miguel Soares e Silva (O Cearense nº 1781, 1865, p. 2):

[...] o presidente da província concede seis mezes de licença com vencimentos, deixando pessoas idoneas que façam suas vezes e pagas a sua custa a José Remígio de Freitas Filho, professor de latim da cidade de Quixerambim e Miguel Soares e Silva professor de 1ª letras de S. Pedro de Ibiapina.

Publicado o expediente da Sessão ordinária em 19 de novembro de 1868 no qual consta requerimento da comissão de instrução pública que pede ao governo cópia da portaria que aposentou o professor público Domingos Correia Lima, que foi o segundo professor de Ibiapina (Cearense, nº 2765, 1868, p. 3).

A Secretaria da instrução pública do Ceará, em 10 de setembro de 1869, em nota assinada pelo secretário Francisco Fidelis Barroso em nome do diretor de instrução pública da província, Dr. Manoel Soares da Silva Bezerra, vem:

anunciar que se acha em concurso por 60 dias a contar da data d'este, a cadeira do ensino primario do sexo masculino da povoação de S. Pedro de Ibiapina, em virtude da exoneração que obteve o professor d'esta cadeira Miguel Soares e Silva (Cearense, nº 208, 1869, p. 4).

A edição nº 230, do Jornal Cearense, datada de 14 de outubro de 1869, traz notas sobre a exoneração e nomeação dos inspetores escolares:

Fôram exonerados dos cargos de inspetores das aulas de Milagres, Manuel Furtado Leite e de S. Pedro de Ibiapina, Pedro Francisco de Paula e nomeados para substituírem o 1º Manoel de Jesus da Conceição Cunha e ao 2º Victoriano Alves Texeira (Publicado no Jornal Cearense, nº 230, de 14 de outubro de 1869, p. 2).

O nº 1 do Jornal A Constituição, de 15 de setembro de 1872, em sua primeira página, assim divulga ofício do Expediente do secretário do governo:

Ao Inspector da Thesouraria Provincial – Communicando que a professora interina da povoação de S. Pedro de Ibiapina, Anna Theresa Suassemá e Silva [Anna Thereza Suassuna], assumio o exercicio de suas funções, no dia 15 de julho proximo findo.

A referida nomeação foi veiculada na edição nº 55 do Jornal Cearense de sete de julho de 1872, embora o nome da professora esteja com outra grafia:

[...] foi nomeada D. Silvina Gomes de Oliveira Granja para reger interinamente a cadeira do ensino primário do sexo feminino do Alto Santo da Viúva, e para reger a cadeira do mesmo ensino de S. Pedro de Ibiapaba D. Anna Freire Suassuna e Silva (Cearense, nº 55, 1872, p. 1).

Merece destacar que o recenseamento da população da Província do Ceará, feito no ano de 1872, apresentou os seguintes dados (Tabela 1) sobre a precariedade da instrução escolar:

Tabela 1 - Dados sobre a instrução escolar a partir do recenseamento da população da Província do Ceará feito em 1872

Instrução			
		livres	escravos
homens	sabem ler e escrever	58.654	35
	analfabetos	292.249	14.906
mulheres	sabem ler e escrever	20.903	12
	analfabetos	317.964	16.960
População escolar de 6 a 15 anos			
		livres	escravos
meninos	frequentam escolas	10.021	
	não frequentam	83.808	
meninas	frequentam escolas	5.399	
	não frequentam	85.087	
Professores e homens de letras = 424			

Fonte: Mello (1911).

Em 1873 é demitida da cadeira de ensino primário de S. Pedro de Ibiapina D. Thereza Suassuna da Silva, embora quem ocupasse a cadeira fosse a professora D. Anna Freire Suassuna e Silva e acredite-se que muito provavelmente se trate da mesma pessoa e tenha havido erro na tipografia. Neste mesmo ano é suspenso o concurso anunciado pelo edital de 30 de janeiro de 1873, que previa o provimento das cadeiras vagas e interinamente providas, não sendo suspenso o concurso para as cadeiras:

[...] do sexo masculino – 2ª da cidade de S. Bernardo das Russas, e das povoações de Agoa Verde, Aracaty-assú, Ipueiras e S. José da Imperatriz, e do sexo feminino – 2ª da cidade de S. Bernardo e das villas da Palma e Varzea-Alegre, e das povoações da Tabatinga e Ibiapina (Cearense, nº 21, 1873, p. 4).

A edição de nº 22 do Cearense, datada de 16 de março de 1873, traz uma lista com nomes de 20 professores interinos demitidos e dentre eles está o da Sra. D. Thereza Suassuna da Silva, então professora de S. Pedro de Ibiapina.

Conforme dados levantados, para o ano de 1873 eram professores em Ibiapina, Lupércio Antônio Coelho d'Albuquerque, nomeado a 16 de julho de 1870 para a cadeira do sexo masculino, e Anna Thereza Suassuna, nomeada a 04 de julho de 1872 para a cadeira do sexo feminino. O inspetor literário no ano de 1873 da povoação de Ibiapina, era Miguel Soares e Silva (Portaria de 13(?) de dezembro de 1872). O cargo de inspetor literário foi criado pela resolução provincial nº. 942, de 16 de agosto de 1860.

No ano de 1874, uma professora foi removida para Ibiapina, mas não chegou a assumir, conforme descrito a seguir:

Não tendo as professoras D. Rachel Luiza de Albuquerque e Romana Maria da Purificação aceitado as remoções, aquella para a cadeira de S. Pedro de Ibiapina e esta para a de Brejo Secco, a presidencia considerou vagas estas cadeiras”. Diante deste fato, ambas as cadeiras foram decretadas vagas em decorrência da renúncia das respectivas professoras que para elas haviam sido removidas. Em consequência, foi lançado edital de concurso: “Aham-se em concurso por 60 dias as cadeiras do sexo femenino das povoações de Brejo Secco e S. Pedro de Ibiapina, e por 15 dias a do mesmo sexo da povoação de Cococy (Cearense, nº 54, 1874, p. 2; nº 69, 1874, p. 2).

A edição nº 114 do Jornal A Constituição, de 27 de agosto de 1874, divulga concurso para provimento de cadeiras de algumas povoações, dentre elas a de Ibiapina:

[...] que se achão em concurso por sessenta dias contar desta data, as cadeiras do sexo femenino das povoações do Brejo Secco, e S. Pedro de Ibiapina, em consequencia de terem sido abandonadas (A Constituição, nº 114, 1874, p. 3).

Posteriormente, foi nomeada para as referidas cadeiras das povoações de **S. Pedro d'Ibiapina**, D. Maria Alexandrina d'Oliveira e para a do Brejo Secco, D. Angelina Correia. A nomeação da professora Maria

Alexandrina para a cadeira do ensino primário na povoação de S. Pedro d'Ibiapina, consta na edição nº 156 de 04 de dezembro de 1874 (p. 1) do Jornal Constituição.

A Sra. Maria Alexandrina d'Oliveira foi a primeira professora do Pe. Antonio Candido de Mello, o Monsenhor Melo.

Conforme dados constantes no jornal O Cearense (na edição nº 0006, de 1874, p. 3) existiam na província do Ceará 233 cadeiras do ensino primário frequentadas por 9722 alunos, sendo 140 do sexo masculino com 6.353 alunos, e 93 do sexo feminino com 3.369 alunas.

A instrução secundária era ministrada no Lyceu, na capital, onde se lecionavam as seguintes matérias: latim (duas cadeiras), francês, inglês, português, retórica, filosofia, geometria e geografia. No ano passado matricularam-se nesse estabelecimento 90 alunos, os quais no fim do ano estavam reduzidos a 47. Destes, foram habilitados a exame 20 e fizeram-no 16. Além do Lyceu existem oito cadeiras de latim avulsas nas cidades de Aracati, S. Bernardo, Icó, Crato, Quixeramobim, Baturité, Sobral e Granja, frequentadas por 162 alunos (Cearense, nº 0006, 1874, p. 3).

De acordo com os dados do Relatório de 1879, sobre a Instrução Pública nas Províncias, haviam no Ceará 229 escolas públicas primárias (113 do sexo masculino e 96 do feminino), frequentadas por 6.610 alunos (Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil, 1922). No ano de 1881, em relatório do Governo Provincial, tem-se o seguinte quantitativo de escolas públicas:

Existem na provincia 209 escolas públicas de instrução primária, sendo:

do sexo masculino	105
do sexo feminino	88
mixtas	16

Destas achão-se:

providas effectivamente	182
providas interinamente	18
vagas	9

São 203 os professores da província sendo:

Homens	103
Mulheres	100
Effectivos	185
Interinos	18
Avulsos	2
Addido	1
Em suas cadeiras	200

Admittido que a população da provincia seja 750,000 habitantes, teremos que há uma escola para 3636 habitantes. Estes algarismos indicão um estado desanimador em objeto de tanta importância e alcance para o futuro da provincia. Revela notar que, além das escolas publicas, raras existem de ensino primario: aquellas pode-se dizer as únicas fontes de instrução a que podem as classes populares desalterar sua sede de instrução (Cearense, nº 157, 1881, p. 1).

Em análise de dados publicados com a evolução da criação de escolas entre os anos de 1826 a 1880, denota-se que o número de escolas para o sexo masculino sempre foi em maior quantidade em todos os anos do intervalo amostrado (Cearense, nº 158, 1881, p. 1).

O Governo da Província publicou Lei nº. 1951, de 12 de setembro de 1881, que versa sobre “Regulamento orgânico da instrução publica e particular da provincia” (Cearense, nº 202, 1881, p. 1). Tal regulamento dividiu a província em seis distritos escolares, no qual o quarto é composto pelas comarcas de Viçosa, S. Benedicto, Ipu e Granja. Muito provavelmente a este estivesse vinculado Ibiapina. A publicação do referido regulamento foi dividida em uma série de números no Jornal Cearense. Nos números seguintes do jornal, há a previsão do ensino noturno, bem como a determinação de escolas mistas a serem regidas exclusivamente por senhoras, regime do método escolar, postura dos professores, dentre outros assuntos.

Em outubro de 1884 Ibiapina tinha duas escolas primárias, uma para o sexo masculino e outra para o sexo feminino, ambas regularmente

frequentadas (Bezerra, 1965). Alcântara (2001) reitera esta informação e acrescenta: a população da sede era calculada em mil habitantes e da paróquia em 9 mil.

Em 15 de novembro de 1885, como consta no *Jornal Cearense*, edição nº 234 (p. 2) foi regularmente removida a professora publica da “villa S. Pedro de Ibiapina, Maria Christina Duffaure d’Hargevilles, para a cadeira do sexo feminino de Meruoca”.

O *Jornal Libertador*, Órgão da Sociedade Cearense Libertadora, em sua edição nº 45, de 24 de fevereiro de 1886 (p. 3), apresenta a professora Candida Tavares da Gloria Mendes como responsável pela cadeira do sexo feminino da villa de S. Pedro de Ibiapina. No entanto, o expediente da Secretaria da Fazenda do dia 22 de agosto de 1892, publicado na edição nº 116 do periódico *A República*, datado de 03 de setembro do mesmo ano, afirma que a professora D. Candida Tavares da Gloria Mendes, então professora da vila do Assaré, apesar de designada para assumir a cadeira de Ibiapina, não assumiu o exercício desta, ficando assim sem efeito o ato que lhe havia designado a cadeira de Ibiapina. Entretanto, a edição de 30 de junho de 1892 de *A República* (p. 2) aponta a referida senhora como professora de Ibiapina no ano de 1886.

No livro *Chorographia da Província do Ceará*, de 1877 (p. 22), José Pompeu de A. Cavalcanti, diz que a vila de Ibiapina possuía duas escolas públicas primárias: uma regida por professor e outra por professora, e que a população da vila era de 12400 habitantes. Na mesma publicação, consta que o estado do Ceará dispunha de 266 escolas (duas delas em Ibiapina).

Consta nos *Anais da Assembleia Legislativa do Ceará* do ano de 1877, um projeto de lei nº 15 que tinha por finalidade a criação de uma cadeira do sexo masculino na povoação de São Pedro de Ibiapina, no termo de São Pedro de Ibiapina.

Em 1888, conforme consta em documento enviado pela Câmara Municipal de Ibiapina ao Presidente da Província, existiam duas escolas, uma do sexo masculino e outra para o feminino na localidade.

REGISTROS ESCOLARES (1889–1959)

O campo educacional no Ceará pós proclamação da República herdou do período monárquico todas as dificuldades e carências, desde o número ideal de escolas e de professores(as), ausência de prédios próprios e adequados, ao preparo deficitário dos mestres e mudanças na metodologia de ensino. Claro estava a necessidade de uma reforma.

Os governantes desse início de república no Ceará tinham conhecimento desses problemas, mas ao que parece, pouco fizeram. Sousa Pinto (1939), ao fazer um apanhado das informações sobre a instrução pública no Ceará, durante os regimes colonial, monárquico e republicano, apresenta os discursos dos governantes republicanos, como o general José Clarindo de Queiroz, o coronel José Freire Bezerril Fontenele, o Dr. Antônio Pinto Nogueira Acioli, o Dr. Pedro Borges, Marcos Franco Rabelo e o coronel Benjamim Liberato Barroso, que pouco ou quase nada conseguiram fazer no âmbito da instrução pública. Percebe-se, segundo o mesmo autor, que na gestão do governador Dr. João Tomé de Sabóia e Silva, houve uma preocupação maior em relação ao tema e que pequenos avanços foram feitos.

Em 10 de julho de 1889, na edição nº 131 (p. 1), A Constituição, noticia a concessão de licença ao “professor público da Villa de Ibiapina, Lupercio Antonio Coelho de Albuquerque, com direito a receber dous terços do ordenado”.

Dados do ano de 1890, publicados na obra “Estado do Ceará na Exposição de Chicago”, de Thomaz Pompeu de Souza Brasil, no ano de 1893, mostram Ibiapina como município, com uma população de 13432 habitantes dos quais apenas 1485 sabem ler.

De acordo com Alves (2002) no ano de 1890, a Escola Normal no Ceará, em Fortaleza, contava com 101 alunos, e espalhavam-se pela província 252 escolas primárias, com 9.100 alunos. Todas com infraestrutura questionável.

Em 1890, era professora em Ibiapina a Sra. Josepha Olympia de Oliveira Veras, conforme notícia de sua licença para capacitação veiculada pelo jornal Libertador:

Foi concedido um anno de licença com dous terços do ordenado a professôra do ensino primário da villa de S. Pedro de Ibiapina, Josepha Olympia de Oliveira Veras para habilitar-se nas matérias componentes do curso da Eschola Normal (Libertador, nº 10, 1890, p. 2).

No mesmo ano e na edição nº 41 do mesmo jornal, consta a suspensão do professor Lupércio Antonio Coelho de Albuquerque:

[...] professor Lupércio Antonio Coêlho de Albuquerque, suspenso com perda de vencimentos, por trinta dias por desídia habitual no cumprimento de seus deveres e por alterar nas petições mensaes de attestado do cumprimento de deveres e mappas trimensaes o nº de alumnos (Jornal Libertador, nº 41, 1890, p. 3).

O referido professor solicita pagamento do aluguel de uma casa de sua propriedade onde funcionou a escola:

Lupercio Antonio Coelho d’Albuquerque, proprietário da casa em que funcionou a escola do sexo masculino da villa de Ibiapina, requerendo pagamento da quantia de 6\$000, relativo ao mez de Dezembro ultimo (Jornal A República, nº 42, 1892).

Conforme constatado no levantamento dos dados, pelo menos de 1889 a 1893, foi professor da escola pública do sexo masculino Lupercio

Antonio Coelho d'Albuquerque. O funcionamento da referida escola se deu em casa de sua propriedade e alugada para o governo, conforme consta em algumas edições do Jornal A República, onde é possível encontrar notícias dessa natureza.

A edição nº 101 de 17 de agosto de 1892, do Jornal A República (fusão dos periódicos Libertador e Estado do Ceará), noticia a seguinte petição:

Gonçala Ferreira de Almeida, professora interina da villa de Ibiapina pedindo para ser paga de seus ordenados pela collectoria da mesma villa (Jornal A República, nº 101, 1892, p. 1).

É interessante destacar que o jornal supracitado, parece ter se equivocado em relação do nome da professora, que na verdade é professor Gonçalo Ferreira de Almeida, conforme consta na edição nº 107 de 24 de agosto de 1892 do mesmo jornal. Tal fato é confirmado na edição nº 114 do próprio jornal:

Portaria: Determinando ao collecter do município de Ibiapina que pague; em vista de attestado de cumprimento de deveres, ao professor interino d'aquella villa, Gonçalo Ferreira de Almeida, os seus vencimentos mensaes, na razão de 16\$666 réis de ordenado, 6\$000 réis para aluguel de casa e 1\$600 réis para expediente, a contar do 1º de Janeiro ultimo em diante (Jornal A República, nº 114, 1892, p. 1).

No ano de 1893 é professor em Ibiapina o Sr. Joaquim Ximenes de Aragão, conforme consta na edição nº 241 do Jornal A República:

Secretaria do Interior

Dia 02 de outubro de 1893 Joaquim Ximenes de Aragão assumio o exercicio interino da cadeira do sexo masculino da villa de S. Pedro de Ibiapina (Jornal A República, nº 241, 1893, p. 2).

Cabe destacar que nesta mesma edição do jornal há a seguinte notificação “[...] que ainda não consta na Secretaria a exoneração do professor Gonçalo Ferreira de Almeida nem a data em que deixou o exercicio da citada cadeira”.

Registra-se ainda, a criação da primeira cadeira de instrução primária da povoação de Jacaré (hoje município de Ubajara), então povoado pertencente a Ibiapina, pela Lei estadual nº. 75 de 19 de agosto de 1893 e que teve como o seu primeiro professor Vicente Flaviano Teixeira (Assis, 1935). Diverge quanto ao ano Cruz (2017), que aponta 1883. Ainda segundo essa autora, o professor Vicente foi substituído por Amália de Sousa Lima e em seguida, por Salustiana Francisca de Paula.

Tal fato está presente nas Mensagens do Governo do Ceará para a Assembleia do ano de 1894, que assim diz na página 24, sobre a Criação de Cadeiras em escolas públicas do ensino primário:

Foram creadas pela Lei nº 75, de 19 de agosto de 1893, duas cadeiras de ensino primario para o sexo masculino: uma na povoação de Brejo Grande, município de Sant'Anna do Brejo Grande, e outra na povoação do Jacaré, no município de Ibiapina.

A criação da primeira cadeira de ensino de Ubajara também foi destacada pelo periódico A República em 18 de janeiro de 1894:

Redação do Projeto de N° 55
A Assembleia Legislativa do Ceará

Decreta:

Art. 1. Ficam creadas duas cadeiras do ensino primario para o sexo masculino; uma na povoação do Brejo Grande, no município de Brejo Grande, e outra na povoação do Jacaré, no municipio da Ibiapina.

... Sala das Commissions, 17 de Agosto de 1893
Souto Th. Accioly
(A República, nº 14, 1894, p. 4).

O registro da aposentadoria, reforma ou jubramento do professor Lupércio Antonio Coelho d'Albuquerque datada de 4 de novembro de 1891 e pode ser encontrado na edição nº do jornal A República, de 30 de agosto de 1894.

Na edição nº 219 do A República foi publicada a carta do correspondente do jornal em Ibiapina que dentre as coisas que ele noticia, merece destaque:

Não temos uma só escola de ensino primario provida de pessoal idôneo, as duas cadeiras que temos são regidas por professores substitutos, que não estarão dispostos a acabar os seus dias de vida e nem a terem a idoneidade precisa para ganharem 666 réis por dia (A República, nº 219, de 26 de setembro de 1894, p. 2).

Em 1895 a relação das cadeiras de ensino existentes no estado foi registrada na edição nº 61, do jornal A República:

Ensino Primario do Estado do Ceará

Relação das localidades onde existem cadeiras providas e vagas com a discriminação da especie de cada uma delas e bem assim as datas das leis, decretos e actos que as crearam.

S. Pedro de Ibiapina (villa)

Masculino – Lei nº 609, de 8 de novembro de 1852

Feminino –

(A República, nº 61, de 16 de março de 1895, p. 2).

No ano de 1897 foram designados inspetores escolares para Ibiapina e Jacaré [Ubajara]:

O cidadão Luiz Lopes de Oliveira foi nomeado para o lugar de inspector escolar da povoação do Jacaré, municipio de Ibiapina.

[...]

Foi exonerado do cargo de inspector escolar da villa de Ibiapina o cidadão José Ferreira Torres, sendo nomeado para substitui-lo o cidadão Antonio Gomes dos Santos.

(A República, nº 58, de 12 de março de 1897, p. 1).

Em 7 de abril do mesmo ano, o mesmo jornal, traz em sua edição de nº 78 (p. 4), uma lista das cadeiras de ensino nas vilas e pontua

S. Pedro de Ibiapina como tendo duas cadeiras, uma para o sexo masculino e outra para o feminino.

A consulta ao Almanach Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará para o período de 1896 a 1902 possibilitou notar que entre 1896 e 1900 a cadeira de ensino para o sexo feminino da vila São Pedro de Ibiapina esteve vaga, enquanto a do sexo masculino permaneceu na mesma condição de 1897 a 1900. Ainda no ano de 1900 foram designadas para assumir as respectivas cadeiras, as professoras D. Maria Nazareth Baptista (cadeira feminina) e D. Antônia Sidou Castello Branco (cadeira masculina). As referidas professoras parecem ter permanecido em suas cadeiras até o ano de 1906.

Em 1897 existiam três escolas públicas com a matrícula de 88 alunos e frequência de 69. Estas escolas provavelmente eram as duas cadeiras na vila de Ibiapina, e a cadeira mista no povoado de Jacaré (atual município de Ubajara), esta última regida em 1899 pela professora D. Amália de Souza Lima.

O Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial publicado no Rio de Janeiro entre os anos de 1891 a 1940, apresenta dados importantes sobre diversos municípios do Brasil, possibilitando ao leitor conhecer um pouco do estado de desenvolvimento e progresso de certas localidades. Dele extraímos parte dos dados a seguir, referentes ao assunto que nos interessa que é o ensino/educação em Ibiapina.

No ano de 1907 eram as professoras públicas D. Maria Lyra de Seixas e D. Thereza Maria da Conceição.

Em 1908 eram professoras as senhoras D. Auta de Lima e D. Maria Lyra de Seixas. Havia nessa época uma escola noturna que funcionava como uma das ações do *Club Athletas do Porvir*. Esta aula noturna funcionou até o ano de 1911.

O número 4 do jornal *Ibyapina: Orgam Litterario e Noticioso*, de 21 de novembro de 1908 (p. 1), apresenta uma nota sobre a importância da Instrução [Ensino], escrita por Pedro Ferreira. Na mesma página há o oferecimento de aulas particulares com a Senhora Maria Egídia de

Souza, que *“leciona portuguez e geographia, em casa de sua residencia à praça da Matriz, a preços módicos”*.

Em 1910 eram professoras as senhoras D. Auta de Lima e D. Maria Lyra Mouta. Isto nos é confirmado por Assis (1911, p. 88 e 89) que assim diz:

Há na villa duas escolas publicas de ensino primário, sendo uma do sexo masculino regida pela professôra D. Maria Lyra Mouta e a outra do sexo feminino regida pela professôra D. Auta de L. Alcântara.

No ano de 1910, o Sr. Antônio Camillo de Paula Mesquita, oferecia aulas particulares de ensino primário das disciplinas Português, Geografia e Aritmética, em sua residência na praça da Matriz (Jornal Correio d'Ibyapaba, nº 2, 1910, p. 4).

Nos anos de 1911 e 1912, a instrução pública de Ibiapina estava assim dividida:

- Professoras públicas: D. Auta de Lima Alcântara e D. Maria Lyra Mouta;
- Professor particular: Antônio de Paula Mesquita;
- Escola noturna: Club Athletas do Porvir (funcionou até 1911).

No ano de 1913 seguiam como professoras públicas D. Auta de Lima Alcântara e D. Maria Lyra Mouta, e como professores particulares Antônio de Paula Mesquita e Maria Miliano da Silva. Os nomes destes quatro professores são referidos para o intervalo de 1913 a 1916.

Na edição de nº 43 do jornal sobralense O Rebate, de 15 de fevereiro de 1913 (p. 1) é noticiado o falecimento da professora D. Maria de Lyra Mouta, ocorrido no dia 10 do referido mês, em decorrência de uma hemorragia interna pós-parto. A referida professora era esposa do Intendente Municipal Sr. Francisco de Paula Mouta. Foi sepultada no cemitério de Ibiapina, onde até hoje é possível observar seu túmulo bem desgastado pelo tempo.

O Diário Official, Anno I, nº 1, página 3, de 10 de setembro de 1914, traz os assuntos dos ofícios referentes ao expediente do Poder Executivo Estadual do dia 29 de Agosto de 1914. Dentre eles, destaca-se:

[...] a prorrogação por 30 dias do prazo marcado à professora d. Francisca das Chagas Ferreira, para assumir o exercício da cadeira do sexo masculino da villa de S. Pedro de Ibiapina, para a qual fôra transferida.

No entanto, a referida professora não chegou a assumir a cadeira, haja vista na edição de nº 4 do mesmo jornal, datada de 15 de setembro do mesmo ano, encontrar-se a promoção da referida professora para a cadeira do sexo masculino na cidade de União (atual Jaguaruana), e a designação da ex-professora da cadeira “mixta da Villa de Quixadá, D. Anna Alexandrina de Hollanda”, em substituição à professora D. Francisca das Chagas Ferreira.

Ainda no mesmo periódico, na edição de nº 40, datada de 7 de novembro de 1914, encontra-se a promoção da professora d. Rosenda Cavalcanti de Padua “para a cadeira do sexo feminino da villa de S. Pedro de Ibiapina”. Conforme o texto, houve atraso na publicação da nomeação da referida professora, uma vez que ela deixou o exercício da cadeira “mixta da povoação de bom Successo, no município de Iguatú” para assumir a de Ibiapina em 1º de janeiro de 1914. A professora D. Anna Alexandrina de Hollanda assumiu o exercício da cadeira do sexo masculino em 31 de outubro de 1914.

O ano de 1915 foi marcante na história do Ceará, uma vez que uma grande seca castigou o estado. Essa seca levou os frades capuchinhos a fecharem o convento na cidade de Canindé. Nessa época, lá estudava o jovem promissor Pedro Aragão Ximenes, natural de Sobral, que teve de retornar ao lar materno em Ibiapina. Não mais adaptando-se a morar no sítio Taquara, e em acordo com sua mãe, passam a morar em uma casa alugada na cidade, onde instalou uma escolinha, lecionando para as crianças português e matemática.

Ademais, todas as noites deslocava-se até o sítio Buritizinho para dar aulas aos adultos, na residência do Sr. Francisco Facundo de Mello (trisavô do autor dessas linhas), e desta forma ajudava a manter a casa onde morava com seus irmãos e sua mãe³. Francisco Facundo de Mello era avô de Pedro Sabino Gomes, que viria a ser prefeito de Ibiapina.

Segundo depoimento da Sra. Neide Freire (*in memoriam*), no livro “*Centenário de Nascimento 1901-2001 de Pedro Aragão Ximenes e Marieta Lima Aragão*” (p. 116), a escolinha fundada pelo Sr. Pedro Aragão, chamava-se Externato São Tarcísio.

Quanto ao Sr. Pedro Aragão, este tornou-se comerciante e foi prefeito de Ibiapina por cinco vezes. Seu nome foi dado a uma rua na cidade e ao Centro Administrativo Municipal, onde funciona atualmente a prefeitura e diversos órgãos e secretarias municipais. Afastou-se da vida política e do comércio em 1973 quando passou a residir em Fortaleza, mas continuou a ajudar a terra que lhe acolhera, conseguindo contratos para professoras e verbas para a educação.

Não foram encontrados dados relacionados ao ano de 1916.

Data de 19 de outubro de 1917 a criação de uma escola mista no povoado de Araticum (hoje distrito de Ubajara), pela lei estadual nº 1473. inaugurada pela professora D. Raimunda Côelho de Azevêdo. Durante os anos de 1917 e 1918 tem-se no âmbito da instrução pública, o cargo de Inspetor Escolar, ocupado pelo Sr. Wenceslau Soares e Silva, e como professoras as já referidas senhoras D. Auta de Lima Alcântara e D. Maria Lyra Mouta. O que nos parece estranho, uma vez que o falecimento desta última está noticiado conforme dito anteriormente, na edição de nº 43 do jornal sobralense O Rebate, de 15 de fevereiro de 1913.

Ainda entre os anos de 1917 e 1918 havia também dentro da instrução pública, uma Escola isolada sob a responsabilidade do professor Antônio de Paula Mesquita. Este professor também é apontado como responsável pela instrução particular, juntamente com D. Maria Miliano da Silva, desde 1913, como mencionado anteriormente.

Entre os anos de 1917 e 1918 as duas escolas de ensino primário de

3 Centenário de Nascimento 1901 – 2001, Pedro Aragão Ximenes e Marieta Lima Aragão, p. 7.

Ibiapina apresentavam os seguintes dados (Tabela 2):

Tabela 2 - Dados escolares de Ibiapina para os anos de 1917 e 1918

Ano	Alunos matriculados			Frequência média
	Total	Sexo Masculino	Sexo Feminino	
1917	71	36	35	60
1918	107	47	60	90

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará (1917, p. 42 e 1918, p. não especificada).

Em 1919, Joaquim Ximenes de Aragão era o inspetor escolar, e Maria Albertina de Carvalho e Rozenda Cavalcanti de Pádua, as professoras. Estas professoras parecem ter permanecido nestes postos até o ano de 1922. Maria Albertina lecionava para o sexo masculino, enquanto que Rozenda Cavalcanti, para o sexo feminino. Em 1921 o inspetor escolar passou a ser o Sr. Moysés Aarão Ibiapina, posto ocupado por ele até o ano de 1931.

Data do ano de 1921 a primeira escola pública do distrito de Mucambo (atualmente município). Era uma escola mista regida pela professora D. Maria Sophia Mattos. O ensino do distrito de Mucambo permaneceu sob a regência de D. Sophia Mattos de 1921 a 1927. Não se encontrou registro para o ano de 1928.

Os dados sobre a instrução pública no ano de 1921 estão abaixo especificados (Tabela 3):

Tabela 3 - Dados escolares de Ibiapina para o ano de 1921

Ano	Nº de escolas	Nº de matrículas	Sexo		Nacionalidade		Frequência média
			Masculino	Feminino	Brasileira	Estrangeira	
1921	02	96	36	60	96		59

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará (1924, p. 136).

Ainda no ano de 1921, foi criado em Ibiapina um gabinete de leitura. Este fato foi noticiado pelo jornal sobralense *A Lucta*, que assim diz:

Segundo comunicação que nos foi feita, por iniciativa do Sr. Decio de Araujo Carvalho, esforçado auxiliar da estrada de rodagem, e de outros ardorosos amantes das letras, acaba de ser fundado em Ibiapina, o <Gabinete de leitura Clovis Bevilaqua>, ficando assim constituída a sua primeira diretoria: Presidente Pedro de Aragão Ximenes, vice-dito Juvencio Mendes da Rocha, 1º secretario Raymundo Nonato Pereira, 2º dito Alfredo Ximenes, thesoureiro Miguel Silveira, orador official Decio de Araujo Carvalho (*A Lucta*, nº 435, 1921, p. 2).

Segundo Sousa Pinto (1939) coube ao governador do Estado do Ceará, Justiniano de Serpa, em seu segundo mandato em 1922, iniciar a reforma educacional, uma vez que as condições financeiras e econômicas do Estado haviam melhorado. Coube a missão ao educador Lourenço Filho, futuro membro do Movimento Escolanovista.

Ideias de melhoramento no ensino e modernização das escolas tomaram mais força a partir do início do século XX. Desse modo algumas escolas isoladas passaram a funcionar em um mesmo espaço físico, dando origem as chamadas Escolas Reunidas, e logo em seguida originaram os chamados Grupos Escolares, principalmente no interior do estado, onde tudo sempre foi mais difícil e escasso. A referência às Escolas Reunidas consta no Regulamento da Instrução Primária de 1922.

Uma consulta aos Documentos de política educacional no Ceará: Império e República (Vieira e Farias, 2006), possibilitou acesso ao Regulamento da Instrução Pública de 1922, que assim caracteriza ou diferencia as Escolas Reunidas dos Grupos Escolares:

CAPÍTULO V DAS ESCOLAS REUNIDAS

Art. 60 – Nas villas ou cidades onde o número das escolas for de 2 a 6, poderão estas funcionar, simultaneamente, ou em dois períodos, no mesmo prédio, sob a denominação de Escolas Reunidas, entregando-se a direcção a um professor que também rêja classe, e classificando-se os alunos pelo seu adiantamento, como nos grupos escolares.

CAPÍTULO III

DOS GRUPOS ESCOLARES

Art. 64 – Na capital e nas demais cidades e villas em que a população escolar permitir o funcionamento de oito classes, ou mais, formarão ellas um grupo escolar, sob a direcção especial de um professor.

Paraphographo Único – O Governo preferirá criar os grupos escolares e escolas reunidas nas localidades em que já dispuzer de prédio, ou a Municipalidade o der, para o seu funcionamento, incumbindo-se esta de fazer a limpeza e a conservação do edificio, num ou noutro caso (Regulamento da Instrucção Pública, 1922, p. 170).

De acordo com os dados contidos no Anuário Estatístico do Ceará para o ano de 1922 (p. 155-156) a população de Ibiapina somava 11426 habitantes e sua população escolar era de 1.610; existiam três classes em uma escola estadual, com 180 matrículas e frequência de 108 estudantes, o que corresponde a 11% de crianças em escolas e 89% de crianças sem escola. As três classes e o número de 180 matrículas também são encontrados nos anos de 1923 e 1924, com um aumento na frequência para 116. Destes 180, 91 eram meninos e 89 meninas. No movimento escolar deste período, consta a alfabetização de 31 alunos e seis conclusões de curso.

Sobre a inspeção escolar, a página 1 da edição de nº 30 do jornal *A Ordem*, de 13 de abril de 1923 traz uma correspondência onde é nomeado para o cargo de inspetor da 3ª Região do Ensino, o Sr. Newton Craveiro. São listados os municípios que ficam sob a responsabilidade da dita inspetoria de ensino: “Acarahú, Cratheús, Campo-Grande (Guaraciaba do Norte), Camocim, Granja, Ipueiras, Ipú, Massapê, Palma (Coreaú), Sobral, Sant’Anna, S. Pedro da Ibyapina, S. Quiteria, S. Benedicto da Ibyapaba, Tamboril, Ubajara, Tianguá e Viçosa”.

Em 1924, eram professoras para o sexo masculino D. Maria Albertina de Carvalho e para o sexo feminino Zulmira Agassio Monta [ou

Mouta ?]. D. Maria Albertina ocupou o cargo de professora para sexo masculino até o ano de 1934 (Assis 1935), enquanto D. Zulmira provavelmente até o ano de 1927, uma vez que não se encontrou registro algum para o ano de 1928.

No ano de 1925 existiam em Ibiapina cinco classes com matrícula de 253 estudantes (123 meninos e 130 meninas), com frequência média de 142 (70 meninos e 72 meninas), e um percentual da frequência de 56%.

Conforme orçamento apresentado pela câmara municipal para o ano de 1925, há a previsão de subvencionar, no âmbito da instrução pública, três escolas vicentinas e uma particular. Para os anos de 1926 a 1927 não se encontrou nenhuma informação sobre a instrução pública do município.

A edição do Anuário Estatístico do Ceará de 1928 (p. 101), pontua a seguinte estrutura escolar no estado: uma Escola Modelo, 26 Grupos Escolares, uma Escola Complementar, 33 Escolas Reunidas, 366 Escolas Isoladas, 52 Escolas Particulares e 59 Escolas Municipais.

Em 1929 Maria Hyeronides Costa passa a reger as aulas para o sexo feminino pelo menos até 1931. Entre 1929 e 1931 tem-se a existência de duas escolas particulares, a Escola de José Assis de Carvalho e a Escola de José Pompílio de Araújo. A escola pública do distrito de Mucambo é uma escola mista e sob a regência de Maria Idalina da Costa, professora que permaneceu no posto até o ano de 1931, conforme dados extraídos do *Almanak Laemmert*.

Os dados educacionais para os anos de 1929 e 1930 são apresentados de forma genérica para todo o estado, mas reportam as categorias de escolas existentes, a saber: grupos escolares, escolas reunidas, escolas isoladas e escolas municipais.

A edição de nº 11 do jornal *Libertador*, datada de 7 de janeiro de 1931 (p. 2) apresenta o Orçamento do Município de Ibiapina para o exercício do ano de 1931. De acordo com o Decreto nº 2, de 26 de dezembro de

1930, que versa sobre o referido orçamento, destaca-se aqui os valores das despesas a serem empregadas com a instrução pública:

Capítulo I
Despesas
§ 3º Instrução Publica

- 1 – Vencimento a professores de escolas Municipaes de nomeação do Prefeito: 3:735\$000
- 2 – Aluguel do predio onde funcionaram as escolas reunidas: 300\$000

A partir dos dados levantados, foi possível observar que a nomeação de professores era feita, geralmente, por afinidades e/ou conveniências políticas, assim como a inexistência de um prédio próprio para funcionamento da(s) escola(s). Dois aspectos que denotam o desprezo com o qual a educação ou ensino, como se queira chamar, no Estado e no país, foram sempre tratados.

Tem-se conhecimento da existência de escolas reunidas em Ibiapina no ano de 1931. Estas escolas parecem ter perdurado até meados do ano de 1965, conforme se apresenta no capítulo seguinte.

No Livro Tombo da Paróquia de São Pedro de Ibiapina consta uma circular datada de 8 de março de 1933, assinada por Dom José Tupinambá da Frota, então bispo da Diocese de Sobral, da qual Ibiapina fazia parte, que recomenda a criação de escolas paroquiais.

Provavelmente, em 1934, conforme Assis (1935, p. 84):

Há na villa, 2 escolas publicas de ensino primário, sendo uma do sexo masculino, sob a direção da professora dona Maria Albertina de Carvalho, e a outra do sexo feminino, regida pela professora dona Benedicta Jardim Pontes.

Estas duas escolas referidas por Assis (1935) constam na Sinopse Estatística do Estado do Ceará (Tabela 4). De acordo com dados colhidos, Ibiapina apresentava os seguintes dados referentes ao Ensino Primário nos anos de 1935 e 1936:

Tabela 4 - Dados escolares de Ibiapina para os anos de 1935 e 1936

Ano	Unidades escolares	Corpo docente	Matrícula geral	Matrícula efetiva	Frequência	Conclusões de curso
1935	02	03	209	209	96	06
1936	04	05	255	255	171	

Fonte: Sinopse Estatística do Estado do Ceará (v. 1940, nº 3, para o ano 1935 e v. 1942, nº 4 para o ano 1936).

Não foram encontrados dados para o período de 1937 a 1942.

Em 1943, conforme consta em mensagem apresentada à Assembleia Legislativa estadual, as escolas primárias existentes foram mantidas, com uma frequência média de 148 alunos. Ademais, criou-se em Ibiapina o externato Frei José Maria para alunos do sexo masculino. Não se dispõe de mais informações sobre essa escola. No entanto, para a década de 1940, tem-se conhecimento de uma escola que funcionou em um casarão localizado no quadro da praça da igreja matriz (Figura 4), como atesta Aragão (2008).

Figura 4 - Casa onde funcionou uma escola municipal nos anos de 1940 segundo Aragão (2008).



Fonte: Imagem capturada pelo autor em março de 2006.

Cabe mencionar aqui a fundação do Patronato Dona Maria Luiza no dia 5 de março de 1945, na cidade de São Benedito. Uma escola administrada pelas filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, a pedido do padre José Bezerra Coutinho (posteriormente bispo Dom Coutinho). No dia 10 de dezembro de 1950 realizou a formatura de sua primeira turma de normalistas, da qual fez parte a Sra. Ângela Matos Correia, conhecida pelos ibiapinenses como Dona Angeli, filha da professora Dona Maria Sophia Mattos, primeira professora do então distrito de Mucambo, em 1921.

Também concluiu o curso Normal no referido patronato em 1963, a professora Sra. Maria Oselite Negreiros Andrade, que deu ao autor dessas linhas e seu sobrinho, uma das entrevistas colhidas para este trabalho. A Sra. Oselite Negreiros é professora aposentada e ex-diretora da Escola Ensino Médio Monsenhor Melo (colégio estadual). Ela fez um interessante relato do qual foi possível extrair algumas informações relevantes à proposta deste trabalho, visitar a memória da educação em Ibiapina.

Este é o relato:

Era muito comum a existência de mestres contratados pelas famílias para ensinarem seus filhos a ler, escrever e contar. Na zona rural esta prática competia ao senhor proprietário de terras, ou dono de um grande sítio. O proprietário dessas terras, em geral dispunha de diversos empregados que moravam em sua propriedade e trabalhavam na agricultura [plantações de cana de açúcar e café, principalmente]. Os mestres eram recebidos pelas famílias que os contratava e passavam a morar junto com a família, por um tempo, como um agregado. As aulas eram diárias e se fundamentavam principalmente na Carta de ABC, e à medida que os alunos aprendiam as letras e as sílabas, dava-se início à Cartilha de leitura. Em alguns casos, os mestres ensinavam além dos filhos da família principal, que o contratara, como também a outras crianças filhas dos empregados (chamados de moradores).

Lá pelos idos de 1948 ... 1950, existiu uma escola particular situada na Av. Escritor Pedro Ferreira de Assis [rua da

Caixa d'água], atualmente nas proximidades da residência do Sr. Pedro Silvino. Regia a classe uma avantajada senhora, conhecida como Dona Madalena Moreira, que ensinava os alunos na primeira sala de sua residência. A casa de Dona Madalena era de fachada singela e comum para época, composta por uma porta e duas janelas. A sala era ampla onde ficavam as carteiras que acomodavam os alunos, e como a maioria das escolas que funcionavam dessa forma (em residências), apresentava problemas quanto ao espaço e higiene, uma vez que não dispunha de banheiro. Eu e meu irmão Orlando Negreiros caminhávamos a pé da casa grande do Sítio Pituba propriedade de meu avô Antônio Serafim de Negreiros [atualmente é a casa ao lado do Restaurante Castanhola, às margens da CE-187 próximo ao sítio Pneu] até a casa de Dona Madalena para estudar.

A escola de Dona Madalena, assim como outras que existiram, recebia crianças da cidade e da zona rural. Para as crianças da zona rural, o dia começava bem mais cedo, pois a distância até a escola era considerável e exigia caminhadas quilométricas. A existência da professora D. Madalena, também é atestada por Alcântara (2001, p. 82).

Também era costume, por parte de algumas famílias, a contratação de aulas particulares com professores vindos de outros lugares (cidades), como é o caso da instrução custeada pelo Sr. João Sabino Gomes (bisavô deste autor), que contratava um professor vindo da cidade de Acaraú, para ensinar seus filhos homens durante seis meses do ano (informações colhidas com a Senhora Maria Nita Gomes, “tia Nita”, em novembro de 2021). João Sabino Gomes casou-se duas vezes. Do segundo casamento nasceram 10 filhos(as), dentre esses Alzira Gomes de Oliveira (in memoriam), avó deste autor, que por alguns anos trabalhou como auxiliar de serviços gerais na Escola das irmãs, e Pedro Sabino Gomes (in memoriam), ex-prefeito de Ibiapina.

Em 7 de fevereiro de 1946 o Interventor Estadual, Acrísio, criou, por decreto, mil classes de alfabetização. No censo realizado em 1950, Ibiapina apresentava os seguintes dados quanto à alfabetização da população (Tabelas 5 a 8):

Tabela 5 - Dados escolares de Ibiapina para o ano de 1950 - Grau de alfabetização para pessoas de 5 anos ou mais

Sexo		Sabem ler e escrever	Não sabem ler e escrever
Masculino	7.389	1.845	5.538
Feminino	7732	1406	6.321
TOTAL	15.121	3.251	11.859

Fonte: Memória Estatística do Brasil (Biblioteca do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro).

Tabela 6 - Dados escolares de Ibiapina para o ano de 1950 - Pessoas de 10 anos ou mais com curso(s) completo(s)

Sexo		Sabem ler e escrever	Não sabem ler e escrever
Masculino	7.389	1.845	5.538
Feminino	7732	1406	6.321
TOTAL	15.121	3.251	11.859

Fonte: Memória Estatística do Brasil (Biblioteca do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro).

Havia ao todo 5.081 pessoas de 5 a 14 anos (idade escolar), das quais apenas 379 sabem ler e escrever, e estão assim distribuídas por idade:

Tabela 7 - Dados escolares de Ibiapina para o ano de 1950 - Número de pessoas de 5 a 14 anos

	5 anos	6 anos	7 anos	8 anos	9 anos	10 anos	11 anos	12 anos	13 anos	14 anos
Total	558	482	561	560	528	574	478	477	449	414
Sabem ler e escrever		06	08	12	23	28	51	66	84	91

Fonte: Memória Estatística do Brasil (Biblioteca do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro).

Na sede municipal residiam 979 pessoas com idade escolar, das quais 521 eram alfabetizadas (240 homens e 281 mulheres). O mesmo censo aponta uma população de 18.390 pessoas distribuídas na sede (Ibiapina) e nos distritos de Mucambo e Murereíba [Pindoba], por sexo, com indicação de instrução para pessoas de 5 anos e mais, conforme dados abaixo:

Tabela 8 - Dados escolares de Ibiapina para o ano de 1950 - Grau de instrução da população

Local	Quantidade	Homens	Mulheres	Sabem ler e escrever		Não sabem ler e escrever	
				Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Cidade	1.170	530	640	240	281	196	262
Vila Mucambo	1.501	728	773	235	226	346	425
Vila Murereíba (Pindoba)	97	50	47	06	08	32	31
Quadro rural	15.622	7770	7.852	1.364	891	4.970	5.603
Total	18.390	9.078	9.312	1.845	1406	5.544	6.326

Fonte: Memória Estatística do Brasil (Biblioteca do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro).

De acordo com dados do IBGE (1959), em 1956 o município de Ibiapina contava com 25 unidades escolares de ensino fundamental comum, com a matrícula inicial de 697 alunos, de ambos os sexos. Foi de 22% a taxa de matrícula de 1950 em Ibiapina, e no Estado do Ceará, 24,3%.

Escola de Mucambo

Como dito anteriormente, data de 1921 a primeira escola pública do distrito de Mucambo (atualmente município). Era uma escola mista regida pela professora D. Maria Sophia Mattos de 1921 a 1927. No ano de 1950, com os esforços do Sr. José Cláudio de Araújo e do Padre

Domingos Gusmão (Monsenhor Domingos), foi erguido em um terreno doado pelo Sr. Rafael Cláudio de Araújo e com verbas adquiridas junto ao Governo do Estado do Ceará, um prédio escolar com apenas duas salas de aula no distrito de Mucambo, com o nome de Escolas Reunidas de Mucambo. Atualmente a escola se chama “Escola de Ensino Médio José Cláudio de Araújo”, conforme informações colhidas no sítio eletrônico da CREDE 06. Pela Lei estadual nº. 2.160 de 12 de dezembro de 1953, desmembra-se do município de Ibiapina o distrito de Mucambo. Este último elevado à categoria de município.

Grêmio Monsenhor Melo

Conforme está registrado no livro de Atas da Escola Profissional Monsenhor Melo, no dia 06 de agosto de 1950 foi inaugurado perante grande número de pessoas, o Grêmio Mons. Melo, em prédio próprio e como homenagem ao Mons. Antônio Cândido de Melo (Figura 5), filho de Ibiapina e falecido a 09 de março de 1947. O terreno onde o prédio foi construído foi doado por Valdemar Melo (irmão do Mons. Melo), no ano de 1938, à Nossa Senhora da Conceição com usufruto para suas duas irmãs, Maria Carmelia Melo (Sinhá) e Zulmira Melo (Figura 5).

Figura 5 - Monsenhor Melo (1878-1947), Sinhá Melo (1886-1967) e Dona Zulmira Melo (1895-1977), os irmãos beneméritos de Ibiapina



Fonte: arquivo da Escola Profissional Monsenhor Melo (imagens capturadas pelo autor em março de 2017).

O prédio do Grêmio Mons. Melo era uma espécie de teatro – o primeiro de Ibiapina – onde se realizaram apresentações teatrais, bailes, comédias e dramas, tudo organizado pelas irmãs Sinhá e Zulmira Melo, juntamente com o Sr. Pedro Aragão, com a finalidade de incentivar o gosto pela cultura⁴. Antes da construção do prédio, essas apresentações já aconteciam desde as décadas de 1930 e 1940, ocasiões em que se cobrava uma taxa simbólica para acesso às sessões. Os recursos arrecadados foram empregados na construção do prédio do Grêmio Mons. Melo, que foi doado à paróquia (ver Alcântara, 2001, p. 38).

Referindo-se às duas irmãs, a ata inaugural do Grêmio Mons. Melo diz:

Estas no intuito de enriquecer a nossa cidade com mais uma construção imaginaram e imediatamente deram início a obra destinada a um pequeno teatro. Terra de recursos minguados a nossa, tiveram as idealizadoras de recorrer a generosidade de seus parentes e pessoas amigas angariando os auxílios indispensáveis para a consecução do seu empreendimento que desde o começo recebeu das mesmas, em diversas ocasiões o apoio monetário, para a não paralisação dos trabalhos. Felizmente, após anos de constante labor viram os seus esforços coroados de êxito e hoje o pequeno esboço de teatro, transformou-se no edifício soberbo que ora se inaugura e que também serve de sede a Escola Profissional Monsenhor Melo, destinada a instrução das jovens empregadas domésticas e que logo a largueza de recursos o permita mais se ampliará em benefício da mocidade pobre de nossa terra.

Grande tem sido o benefício prestado pela escola à juventude feminina que não pode frequentar as aulas diurnas e a sua frequência bastante avultada é o índice de sua importância. Graças a Deus conta esta casa de instrução, com a boa vontade e generosidade de uma plêiade de moças de nossa melhor sociedade que gratuitamente se encarrega de ministrar o ensino as alunas sedentas de saber.

A construção do prédio que até os dias de hoje conserva em sua fachada o nome do grêmio teve início em 1938 e, após 12 anos, foi inaugurado em 1950, como dito acima. Trata-se do prédio que por anos abrigou o Centro Educacional Zulmira Melo (Figura 6), sobre o qual falaremos adiante.

4 *Centenário de Nascimento 1901 – 2001, Pedro Aragão Ximenes e Marieta Lima Aragão, p. 8.*

Figura 6 - Fachada do Grêmio Mons. Melo. Posteriormente Centro Educacional Zulmira Melo. Atualmente Centro Pastoral



Fonte: arquivo do autor (abril de 2023).

Américo Barreira em sua obra *“A Escola Primária no Ceará – Ensaio sócio pedagógico”*, de 1949, discorre sobre os aspectos do ensino cearense e apresenta sugestões para a organização escolar, principalmente voltadas para a realidade do interior, visando um melhor rendimento educacional. Na obra, Barreira apresenta os cinco tipos de estabelecimentos onde é ministrada a escola primária no Ceará, pelo menos entre as décadas de 1940 e 1950: Grupo Escolar, Escolas Reunidas, Escola Isolada, Escola Elementar (rural) e Escola Municipal. O autor apresenta ainda uma relação das unidades escolares presentes em municípios cearenses, com base em informações oficiais da Secretaria de Educação e Saúde do Estado. Nessa lista não existem dados referentes à Ibiapina.

Escola Profissional Monsenhor Melo (colégio das irmãs)

Segundo uma nota possivelmente recortada de um Jornal chamado *Gazeta de Notícias* e com data de 29 de dezembro de 1951 [anotações em lápis no próprio recorte encontrado no livro de Atas da Escola Profissional Mons. Melo], a escola teve sua fundação a 19 de agosto de 1949.

Inicialmente funcionando no prédio do Grêmio Mons. Melo e dirigida por Dona Zulmira Melo, que coordenava as primeiras professoras: Rosinha Martins Melo (Rosa Martins Camelo Melo), Teresinha Martins, Francisquinha Aragão, Iací Carvalho, Raimundinha Martins, Maria do Carmo Melo, Mariinha Rocha, Francisquinha Martins, Guiomar Aragão e Teresinha Santana.

Como o próprio nome da escola sugere, as atividades inicialmente prestadas pela mesma, tinham finalidade profissional, onde aulas de corte, costura e bordado, por exemplo, eram ministradas.

Percebe-se que a origem da Escola Profissional Monsenhor Melo está intimamente relacionada à criação do Grêmio Mons. Melo, fato atestado por Dona Rita Alcântara em seu livro autobiográfico *“Memórias e Poemas de Rita Alcântara”*, publicado em 2008. Nessa obra, Dona Rita diz:

E o Grêmio Mons. Melo abre suas portas para que no seio seja plantada a sementinha da Escola Profissional Monsenhor Melo, transformando-se em uma grande sala de aula para acolher as mocinhas que atenderam ao apelo de Zulmira Melo.

O testemunho cristão de Zulmira era tão forte e coerente que conseguiu com relativa facilidade sensibilizar outras pessoas que se doaram à missão de educar aquelas juvenzinhas sem perspectiva de algo melhor para elas. A valorosa equipe era formada por Filhas de Maria, Catequistas e professoras.

Vale a pena citar alguns nomes: Gisele Lima Aragão, Rosa Martins Camelo, Dolores Correia, Angela Matos Correia, Paulina Ibiapina Aragão, Maria do Carmo Melo e tantas outras que passaram a lecionar gratuitamente⁵ (Alcântara, 2008).

No entanto, são duas instituições distintas. O Instituto Josefino, congregação religiosa que veio para Ibiapina e assumiu a direção da Escola Profissional, considera o ano de 1957 como sendo o ano de sua fundação, uma vez que data de 27 de dezembro de 1957 a chegada das irmãs josefinas à Ibiapina.

5 Rita Ximenes de ALCÂNTARA, *Memórias e Poemas de Rita Alcântara*, p. 68.

Conforme relata Dona Rita Alcântara em sua obra “Histórias de minha terra e de minha gente”, “[...] *as duas irmãs, Sinhá e Zulmira Melo, doaram ao Instituto Josefino, duas boas casas na mesma rua onde foi instalado o Grêmio, para a moradia das mesmas e funcionamento da Escola que vieram assumir*”. Com isso, a escola deixa de funcionar no prédio do Grêmio Mons. Melo. O local exato destas duas casas corresponde à atual localização de parte da escola e residência das irmãs josefinas, que administram a escola e pode ser visto nas duas imagens a seguir (Figuras 7 e 8).

Figura 7 - Casa onde morou o casal Pedro Aragão Ximenes e Marieta Lima Aragão



Fonte: *Centenário de Nascimento 1901 – 2001, Pedro Aragão Ximenes e Marieta Lima Aragão*, p. 23. Fotografia melhorada por meio de inteligência artificial.

A Imagem acima mostra a fachada de uma das casas doadas ao Instituto Josefino. A data da foto é imprecisa, mas sabe-se que pertencia às irmãs Zulmira e Sinhá Melo e que entre os anos de 1925 a 1930 foi residência do casal Pedro Aragão Ximenes e Marieta Lima Aragão. A mesma casa pode ser vista na foto a seguir, indicada pela seta vermelha (Figura 8). À esquerda é possível observar a parte posterior da igreja matriz de São Pedro.

Figura 8 - A seta vermelha mostra a localização da casa da Imagem 6 nos dias atuais



Fonte: A fotografia superior foi cortesia da Sra. Rosarinha Negreiros (arquivo pessoal).
Data: 07/09/1967. A fotografia inferior foi feita pelo autor em abril de 2023.

Segundo relato da Ir. Dolores Correia (*in memoriam*), colhido pelo autor destas linhas em 26 de fevereiro de 2017, a Congregação Josefina adquiriu, posteriormente, mais um casarão na mesma rua, correspondendo atualmente à esquina da escola (Figura 9).

Figura 9 - Fachada da escola em agosto de 1983 e em maio de 2024



Fonte: Foto superior: IBGE, 1983 e foto inferior arquivo do autor.

Desde então, a Escola Profissional Monsenhor Melo (EPMM), ficou conhecida como “colégio das irmãs”. Sobre a posse das irmãs josefinas e o funcionamento inicial da escola, Alcântara (2001, p. 28-29) assim nos diz:

No dia 28 de dezembro de 1957, às 8h da manhã deu-se a benção do prédio e inauguração do Educandário com a posse das Irmãs. A solenidade contou com a presença do Bispo Diocesano, D. José Tupinambá da Frota e do Bispo Auxiliar, D. José Bezerra Coutinho, além de vários sacerdotes, o prefeito municipal e grande número de populares.

Logo no início de 1958 começaram a funcionar as séries iniciais do curso primário, e em 1962 o curso ginásial que teve como turma fundadora: Maria Celina Correia, Francisca Ildeci de Carvalho, Rita Ximenes de Alcântara, Teresinha Ibiapina Aragão, Hosana Ferreira Manso, Maria Enisier Ribeiro, Raimundo Francisco de Sá, Maria do Carmo Melo, Francisco Mauro Carvalho, Francisco Luiz de Sousa, Raimunda Aragão Melo [Tiúsa], Nívea Melo Tavares, Maria Senhorinha da Silva, Maria Valdelice Melo, Maria Rosarinha Negreiros. A EPMM tem uma extensa folha de serviços prestados à infância e à juventude ibiapinense.

Desta turma, tive a oportunidade de conversar com Maria Rosarinha Negreiros, a quem chamo carinhosamente de Tia Rosarinha, e de quem adquiri cópias de algumas fotografias presentes neste livro, e com Francisca Ildeci de Carvalho, mais conhecida como Dona Toinha Ildeci, que me fez o relato abaixo:

Eu fiz parte da primeira turma do colégio das irmãs. Comecei na segunda série e fiquei até a sétima série. Pois não teve a oitava por falta de aluno para formar a turma. Daí fui para Ipu, estudei no internato de freiras no Patronato Sousa Carvalho, onde fiz a oitava e o terceiro normal, tornando-me professora. No ano seguinte comecei a lecionar no Colégio das irmãs. Fui professora lá até me mudar para Fortaleza. O Francisco Eudes Rodrigues, meu esposo terminou a oitava série nas irmãs e fez parte da primeira turma da escola Zulmira Melo.

Em 1956 o município de Ibiapina contava com 25 unidades escolares de ensino fundamental comum, com a matrícula inicial de 697 alunos de ambos os sexos. Foi de 22% a taxa de matrícula de 1950 em Ibiapina, e no Estado do Ceará ficou na taxa de 24,3%⁶.

6 IBGE. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*, 1959. v. 16, p. 251.

Dentre os diversos professores e professoras que a escola teve, alguns nomes são recorrentes na memória de ex-alunos, como os irmãos José Olavo Melo (professor de História) e Mary Aguiar Melo (conhecida como Dona Meire Melo, foi professora de Língua Portuguesa), ambos já falecidos e sobrinhos do Mons. Melo, Sinhá e Zulmira Melo.

Ao longo dos anos a escola passou a ofertar, além da educação infantil, o ensino fundamental e o médio. Por ser a escola particular mais antiga de Ibiapina, muitos ibiapinenses receberam a formação educacional e religiosa ministrada pelas irmãs josefinas e muitos outros professores colaboradores. Esta é uma história para outro livro...

Educandário São Pedro

Segundo a professora e escritora ibiapinense Rita Ximenes de Alcântara (*in memoriam*), em sua obra “Histórias de Minha Terra e de Minha Gente” (2001, p. 22):

Em 1957, já desativada como penitenciária, funcionou o Educandário São Pedro, com um curso de 1º grau ministrado pelos professores José de Jesus Azevedo, Francisco Tupinambá Vasconcelos, Maria Altaci Mendes da Rocha e o vigário Pe. José Aristides Cardoso [Mons. Cardoso]. A criação desse curso foi uma iniciativa do professor José de Jesus Azevedo. A maioria dos alunos desse curso foi anos depois, a turma fundadora do Ginásio Monsenhor Melo [acredita-se que a autora quis dizer o curso ginásial da Escola Profissional Monsenhor Melo].

Com a redemocratização do país, o Ceará passou a receber ajuda financeira da União, através do Conselho Nacional de Educação (Alves, 2002). Parece que os chamados *educandários*, foram concebidos nessa época.

O Educandário São Pedro funcionou no prédio da antiga Cadeia de Ibiapina, construído entre 1877 e 1879 durante o período Imperial de Dom Pedro II (Figura 10). Este prédio, inaugurado em 1879 foi,

segundo Francisco Lima Aragão, palco de importantes eventos, como consta nos anais de obras literárias publicadas pelo ilustre escritor cearense Barão de Studart⁷.

Figura 10 - Vistas parciais das fachadas do prédio que abrigou a antiga cadeia de Ibiapina, construído em 1878. No local, funcionou posteriormente, o Educandário Municipal



Fonte: Anuário do Ceará (1953/1954) para a imagem da esquerda e <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/ibiapina/historico> para a imagem da direita. Fotografias melhoradas por meio de Inteligência Artificial. A terceira imagem foi retirada de Aragão (2008).

7 Francisco Lima ARAGÃO, *Quarto centenário de morte do jesuíta Padre Francisco Pinto*, p. 63.

A rua que conecta o Calçadão da Liberdade ao quadro da Igreja Matriz não existia (Figura 11), sendo aberta em 1989 pelo prefeito Sr. Hélio Linhares (*in memoriam*). O prédio da antiga penitenciária teve de ser demolido em 1991, pois sua posição ficou em desalinho com o traçado das ruas. Deste modo, pode-se melhorar a mobilidade urbana e dar espaço à construção do atual Calçadão da Liberdade. A edificação localizava-se em frente às esquinas onde hoje funcionam o Hotel Pinheiro e o consultório de Odontologia do Dr. Viana e seu filho Dr. Daniel Viana.

Figura 11 - Desfile cívico da Escola Profissional Mons. Melo (setembro de 1983)



Fonte: Cortesia da Sra. Rosarinha Negreiros (arquivo pessoal). Na imagem é possível ver que ainda não existia a conexão do Calçadão da Liberdade com o quadro da Igreja Matriz.

Cabe mencionar que em dezembro de 1959 foi inaugurada na cidade de Ubajara uma escola particular, chamada Patronato Nossa Senhora

de Fátima, idealizada e fundada pelo Pe. Moacir Melo, que teve sua direção entregue às Irmãs Vicentinas. Esta escola ofertava o ensino ginásial primário.

Em 1962 foi criado o Ginásio São José, que funcionava no mesmo prédio do Patronato e também era coordenado pelas irmãs Vicentinas. Em 1966 com o empenho do Pe. Francisco Tarcísio Melo (Mons. Tarcísio), foi fundada a Escola Normal do Sagrado Coração, primeira escola secundária de Ubajara (ver Cruz (2017) para maiores informações).

Nestas escolas de Ubajara, estudaram algumas moças de Ibiapina que, ao concluírem os estudos, estavam prontas para exercer o magistério. Pe. Tarcísio é filho de Ibiapina e sobrinho do Mons. Melo e de Sinhá Melo e Zulmira Melo. Logo, percebe-se que a Ibiapaba muito deve à filantropia da Família Melo.

REGISTROS ESCOLARES (1960–2006)

O início dos anos 1960 é marcado por fortes ações no campo educacional, uma vez que foi sancionada a lei 4.024 de 1961, que regulamentava a ação da União, Estados e Municípios, e de iniciativas particulares para a prestação de serviços educacionais.

Figura 12 - Grupo Escolar Estadual, na época chamado Grupo Escolar Aníbal Craveiro. A seta mostra o nome da escola, quase apagado



Fonte: Cortesia de Dona Angeli Aragão (ex-diretora da escola). Ano desconhecido. Há uma placa na escola que aponta o ano de 1966 como inauguração do prédio.

Para a construção deste capítulo baseou-se muitas vezes em registros orais colhidos entre os anos de 2017 a 2021. Estes relatos dizem

que em meados dos anos 1960 funcionou em Ibiapina uma escola no prédio pertencente ao governo estadual, localizado em frente à igreja e praça de Nossa Senhora do Bom Parto, atual Colégio Rosa Martins Camelo Melo. Esta escola chamava-se Escolas Reunidas. Não se sabe apontar a data de início de seu funcionamento. No ano de 1966 esta escola passou a se chamar Grupo Escolar Estadual Dr. Aníbal Craveiro e em 1967 foi deslocada para um novo prédio, construído na administração do governador Plácido Castelo e do prefeito Pedro Aragão (Figura 12). Este prédio é o mesmo onde atualmente funciona a Escola de Ensino Fundamental e Médio Monsenhor Melo (Colégio Estadual).

Mesmo funcionando em novo prédio a escola manteve seu nome, Grupo Escolar Estadual Dr. Aníbal Craveiro, como é possível ver na imagem (seta na fachada lateral). Não se sabe ao certo até que ano a escola manteve este nome. Provavelmente até meados de 1971, quando houve uma reforma educacional através da Lei 5.692/1971 em todo o Brasil.

Dos cinco tipos de estabelecimentos escolares apontados por Barreira (1949) como presentes no Ceará desde a década de 1940, destaca-se aqui três deles que com certeza existiram em Ibiapina: Escola Isolada, Escolas Reunidas e Grupo Escolar, que são assim por ele, conceituados e caracterizados:

A **Escola Isolada** é o tipo mais numeroso de estabelecimento de ensino primário. Há quase quatro centenas delas espalhadas pelo Estado.

É regida por professora diplomada e instalada, em geral, em uma simples sala de modestas residências, em aldeias. Às vezes, na escola moram a professora e sua família. O material consiste apenas em algumas carteiras, insuficientes para a frequência, mesa da professora e quadro-negro. Não é raro encontrar na sala de aulas vistosos cartazes de anúncio de cerveja, de cartas de jogar, de automóveis, postos ali menos por má fé do que pela necessidade de tornar mais colorido e alegre o ambiente escolar.

A professora ministra o ensino a diferentes classes ao mesmo tempo, pelo espaço de três horas e meia. E enquanto ministra explicações a uns, os demais se conservam desatentos porque ainda não alcançam a explicação ou porque já a conhecem, pelo que passam a perturbar o

trabalho, pois não há recurso para mantê-los numa atividade interessante: jogos, trabalhos manuais, etc..

As classes são muitas vezes numerosas, de cinquenta alunos e mais. No entanto para eles não há uma só instalação sanitária ou, simplesmente, um banheiro, lavatório ou, sequer, sentina.

O rendimento intelectual é inferior. A escola serve apenas para ensinar a ler e a escrever... Essa escola não educa.

As **Escolas Reunidas** não possuem prédio próprio, senão em casos raros. E mesmo neste caso não satisfaz... Estes estabelecimentos existem nas cidades que não têm Grupo Escolar e nas vilas mais populosas. Resulta da junção de três ou mais escolas isoladas, que passam a funcionar no mesmo prédio sob a direção de uma das professoras. Tais escolas não dispõem de espaço nem de material. São tristemente deficientes. Atuam em meios ainda mais atrasados e pobres, pelo que suas dificuldades são enormes.

Agravam-nas a presença de professoras leigas aí adidas sempre que o interesse político-partidário o determine.

O **Grupo Escolar** é a escola pública da zona urbana, instalada quase sempre em prédio próprio, edificado para este fim. Nenhuma cidade, além da capital, possui mais de um... A edificação obedece a uma arquitetura de importação, às vezes em cimento armado, levantada sem estudo prévio de engenharia escolar, desprezados os cuidados elementares de salubridade, aeração, iluminação... casos em que o Grupo fica sem água ou tem-na de má qualidade... Não há preocupação de espaço... localizados em área limitada, insuficiente para recreio...

No estabelecimento se matriculam alunos de sete a quatorze anos, além dos limites das quantidades máximas aconselháveis, o que o torna anti-higiênico e desconfortável ...

As classes são absolutamente heterogêneas quanto à idade, ao desenvolvimento físico e às condições de educação, o que faz pouco rendoso o aprendizado.

O mobiliário se constitui de carteiras coletivas ou a dois, em madeira, sem muita consideração à altura do aluno ou ao tempo que aí passará sentado.

O material didático é lastimavelmente deficiente: quadro negro, alguns mapas, às vezes um globo e uma coleção de sólidos geométricos. Alguns possuem cartas de ensino e uma paupérrima biblioteca.

A fiscalização é precária ... O serviço médico-odontológico a rigor não existe... O professorado se constitui de uma diretora, ... e de [algumas] professoras... [todas com formação deficitária] (Barreira, 1949, p. 37-42) [grifos do autor].

Segundo dados do Anuário do Estado do Ceará publicado em 1972, existiam, em Ibiapina, 45 escolas com curso primário, um estabelecimento com curso médio, um número total de 62 professores e 1.563 matrículas escolares, distribuídas em 50 salas de aula. A população em idade escolar era de 2.849 pessoas.

Tem-se registro de três escolas existentes no ano de 1973, conforme anotações feitas pelo Monsenhor Odilon (*in memoriam*) no Livro Tombo III da Paróquia sobre o desfile cívico em alusão ao dia sete de setembro, que transcrevo:

7 de setembro: Desfile ou parada pelas principais ruas. Desfilaram o **Grupo Escolar Municipal, Grupo Escolar Estadual e a Escola Profissional Monsenhor Melo**. Houve carros alegóricos como sejam: Escola antiga, pelo Grupo Escolar Municipal; Branca de Neve, pela Escola Profissional; Princesa Isabel e os escravos pelo Grupo Escolar Estadual e o Dono de Engenho pelo Sindicato dos Trabalhadores e finalmente a Proclamação da Independência por um grupo de jovens bem vestidos e bem montados. Tudo se concentrou no palanque armado na praça da igreja em frente à avenida. Findando tudo com a santa missa que foi assistida por todos (Livro Tombo da Paróquia de São Pedro de Ibiapina, v III, verso da p. 3) [grifos do autor].

As chamadas Escolas Reunidas foram criadas com o intuito de reunir em um único local aquelas classes/escolas que funcionavam de modo isolado. A existência das Escolas Reunidas, no nível estadual, perdurou até 1975, quando por ordem da Secretaria da Educação do Estado e de acordo com a Lei nº 5.692 de 14.05.1975, passaram a se chamar Escola de 1º Grau.

Até o ano de 1971, os quatro primeiros anos do atual Ensino Fundamental I (1º ao 4º ano) constituíam o curso primário, a que se seguia o ginásial, também com a duração de quatro anos.

Escola de 1º Grau Mons. Melo, posteriormente Escola de Ensino Fundamental e Médio Monsenhor Melo, e atualmente Escola de Ensino Médio Mons. Melo (colégio estadual)

Na administração do governo estadual de Plácido Castelo (1966-1971), segundo Mota (2008), o setor educacional recebeu apoio significativo nos seus três níveis. Houve ampliação do número de vagas para alunos, construção de novas salas de aula na capital e no interior. Foram construídos 204 novos prédios escolares e um total de 574 salas de aula.

A Escola de Ensino Médio Monsenhor Melo (Figura 13), popularmente conhecida como Colégio Estadual, é dessa época. Seu prédio inicial foi construído na administração do prefeito Pedro Aragão e data de 1966 conforme informa uma placa de inauguração presente na escola (Figura 14). Nele funcionou inicialmente o Grupo Escolar Aníbal Craveiro (Figura 12) e com o passar dos anos foi transformado em Escola de 1º Grau Mons. Melo e, atualmente, Escola de Ensino Médio Mons. Melo (Figura 13). Sugere-se ao leitor, comparar as imagens das Figuras 12 e 13.

Figura 13 - Escola de Ensino Médio Monsenhor Melo (colégio estadual)



Fonte: arquivo do autor (abril de 2023).

Figura 14 - Placa que registra o ano da inauguração da Escola



Fonte: Cortesia de Suelen Carla de Paiva Silva Costa (maio de 2024).

Segundo Dona Rita Ximenes de Alcântara (2001), esta escola

"[...] é a mais antiga de Ibiapina pois teve sua origem nas saudosas "Escolas Reunidas de Ibiapina" onde lecionaram professoras cujos nomes atravessaram os anos e ainda hoje são lembrados, como: Maria Albertina, Neide Moreira, Gisele Aragão, Rosa Martins Camelo Melo e Maria Sofia Matos".

No entanto, conforme os dados apresentados ao longo do texto, pode-se observar que existiram escolas anteriormente à criação desta em Ibiapina.

Nas imagens das Figuras 15 e 16, a seguir, mostram-se algumas funcionárias da escola, e a Figura 17 mostra alguns estudantes no desfile de Sete de Setembro, em 1983.

Figura 15 - Funcionárias no jardim frontal da escola, onde atualmente encontra-se o auditório. Da esquerda para direita: Graça Carvalho, Lília Pereira, Angela Matos (diretora), Tiúsa (*in memoriam*) e Geni Negreiros



Fonte: Cortesia de Dona Angeli Aragão (ex-diretora da escola). Possivelmente no ano de 1977.

Figura 16 - Momento de confraternização. Da esquerda para direita: Raimunda Antônia, Iraci Negreiros, Socorro Carvalho, Célia Romão, Oselite Negreiros, Ildeci de Carvalho, Margarida, Francielma, Eunice Carvalho, Cilene Correia, Helena Negreiros, Ana Quitéria Aragão, Socorro Aragão (Corrinha), Jucilene Correia (Juju), Toinha Aragão, Angeli Matos, Orlene Ibiapina (atrás), Lindalva Marinho, Rosário Melo, Mairtes Carvalho, Fátima Ferro (Fatinha), Flor (atrás), Lúcia Timbó e Leni Fernandes. As crianças são, da esquerda para direita: Suerli Negreiros, _____, José Pontes Ibiapina Neto, Alessandra Negreiros e _____.



Fonte: Cortesia de Dona Angeli Aragão (ex-diretora da escola). Dezembro de 1984.

Figura 17 - Alunos da Escola Monsenhor Melo [Colégio Estadual] durante o de 7 de setembro no ano de 1983



Fonte: Cortesia da Sra. Rosarina Negreiros (arquivo pessoal).

De acordo com dados oficiais, desde a sua fundação, em 1966, até os dias atuais, a Escola contou com os seguintes diretores: Benedita Gisele Aragão (irmã Josefina), Neide Freire (*in memoriam*), Rosa Martins Camelo Melo (*in memoriam*), Ângela Matos Corrêa Aragão, Maria do Rosário Melo, Maria Quinina Gomes, Maria Oselite de Negreiros Andrade, Maria de Fátima Melo Gomes, Alberto Sabino Gomes (*in memoriam*), Francisco José Alves (*in memoriam*), Elisangela Araújo Diniz, Antônio Elídio da Silva, Elizete Alves de Alcântara Pereira e atualmente Jaxciley Freire Lima. Na escola existe uma galeria com fotos dos ex-gestores.

Em 1983, durante a gestão do prefeito Luís Bezerra de França, sua esposa, a professora Maria Rosarinha Bezerra de Negreiros, desempenhou importante papel na assistência social, como bem relata Dona Rita Alcântara em sua obra *Histórias de Minha Terra e de Minha Gente* (2001). Foi nessa época que apareceram as primeiras creches voltadas para execução de projetos em benefício das crianças carentes.

Segue abaixo registro fotográfico de alguns desfiles cívicos em alusão ao Dia Sete de Setembro (Figuras 18-21).

Figura 18 - Desfile de Sete de Setembro durante a administração do prefeito Francisco Luís de Souza (*in memoriam*). Ano desconhecido, mas certamente entre 1977 e 1981. Não foi possível identificar a escola



Fonte: Cortesia do Sr. Francisco Luís de Souza (*in memoriam*) (arquivo pessoal).

Figura 19 - Desfile cívico no ano de 1983.



Fonte: Cortesia da Sra. Rosarinha Negreiros (arquivo pessoal).

Figura 20 - Autoridades Municipais na Praça Presidente Castelo Branco, atualmente praça Pe. Francisco Pinto (praça da igreja matriz). Vê-se à esquerda, Nonato Gomes [locutor bastante conhecido] segurando um microfone. Na fila, da esquerda para direita: Gonçalves Rodrigues Teixeira, Luis Negreiros, Alcides Romão, Maria do Carmo Melo, Mons. Odilon Marinho, Francisco Luís (Chico Luís), Luiz Bezerra de França (prefeito), Rosarinha Negreiros (primeira dama), Urias C. Aguiar, Antônio Ludugério, Lília Pereira, Ir. Josefina, Raimundo Nogueira Aguiar (Sr. Raimundo da Farmácia), Raimundo Nonato do Carmo e Manoel Rosendo.



Fonte: Cortesia da Sra. Rosarinha Negreiros (arquivo pessoal). Setembro de 1984.

Figura 21 - Desfile cívico. Rua ao lado da Igreja de São Francisco. Escola não identificada. Setembro de 1985



Fonte: Cortesia da Sra. Rosarinha Negreiros (arquivo pessoal).

Grupo Escolar Municipal / Grupo Escolar Juvêncio Mendes da Rocha / Escola de Ensino Médio Rosa Martins Camelo Melo

Funcionou no mesmo prédio que abrigou as Escolas Reunidas, quando em 1966 passou a se chamar Grupo Escolar Dr. Aníbal Craveiro, sendo posteriormente transferido para o prédio onde hoje funciona a Escola de Ensino Médio Monsenhor Melo (Colégio Estadual), como dito anteriormente.

Com a mudança, o antigo prédio, localizado na praça da Igreja de Nossa Senhora do Bom Parto (entroncamento das Ruas Pe. Ibiapina e Antônia R. de Carvalho), foi assumido pelo poder público municipal em 1970. No entanto, a falta de documentação e de relatos orais concretos, impede afirmar quando foi a origem do Grupo Escolar Municipal. Provavelmente entre 1970 e 1973, uma vez que o registro mais antigo que se encontrou sobre esta escola remonta ao ano de 1973. Ao que parece tinha como público alvo as pessoas mais carentes da cidade e por muito tempo recebeu o apelido pejorativo de “baião de dois”. Segundo alguns relatos orais colhidos durante o levantamento de informações para este livro, tal apelido tem alguma relação com o fardamento usado pelos estudantes da época.

Conforme relatos orais, foram professoras no Grupo Escolar Municipal, Dona Angeli Aragão e Dona Rosa Martins Camelo Melo. Em 1983, foi sua diretora a professora Maria Quinora da Silva.

Em 1987 passou a chamar-se Grupo Escolar Juvêncio Mendes da Rocha e posteriormente Escola de 1º Grau Juvêncio Mendes da Rocha. A escola recebeu este nome em homenagem ao ex-vice-prefeito e ex-vereador. Funcionava ofertando as séries iniciais do 1º grau.

O prédio voltou à gestão do governo estadual, passou por reforma e a escola teve seu nome novamente alterado no ano de 2001, para Escola de Ensino Médio Professora Rosa Martins Camelo Melo, ligada ao poder do Estado (Figura 22). O prédio que abriga a escola passou por reformas ao longo dos anos. Na sua esquina ficava o portão de entrada, resguardado por uma espécie de varanda.

Figura 22 - Fachada da Escola Ensino Médio Professora Rosa Martins Camelo Melo



Fonte: arquivo do autor (abril 2023).

Dona Rosa Martins (Figura 23) foi uma das primeiras professoras da Escola Profissional Monsenhor Melo e professora do Grupo Escolar Estadual, hoje Escola de Ensino Fundamental e Médio Monsenhor Melo, onde também foi diretora.

Dados biográficos sobre Dona Rosa Martins Camelo

Filha do casal José Nicodemos Camelo e Carlota Martins Camelo, Rosa Martins Camelo nasceu em 17 de novembro de 1918 na cidade de Missão Velha, Ceará, onde também cresceu.

Concluiu seus estudos na cidade de Juazeiro do Norte e passou a lecionar nas cidades de Ibiapina, Ubajara, Acaraú e novamente e, por fim, Ibiapina. Aqui, casou-se com Antônio Monteiro Melo, passando a adotar o sobrenome do esposo. O casal teve um filho, Pedro Eymard Camelo Melo. Rosa Martins Camelo Melo faleceu em 11 de agosto de 1995.

Figura 23 - Rosa Martins Camelo Melo



Fonte: Francisco Ximenes Ibiapina Filho, Livro de Ouro dos Ximenes de Aragão, p. 599.

Centro Educacional Zulmira Melo (colégio do padre)

Monsenhor Odilon Marinho de Pinho (*in memoriam*) (Figura 24) chegou a Ibiapina em sete de abril de 1973, designado pelo Sr. bispo da Diocese de Tianguá, Dom Timóteo Nemésio Cordeiro (*in memoriam*) para substituir o vigário recém falecido Pe. José Prado Ponte.

Figura 24 - Mons. Odilon Marinho de Pinho (1924-2017).



Fonte: Foto de seu Jubileu Sacerdotal em 2002.

Dona Zulmira Melo doou à paróquia de Ibiapina o prédio do Grêmio Mons. Melo, possibilitando ao Mons. Odilon, a criação de uma escola, em 1976. A esta escola ele deu o nome de Centro Educacional Zulmira Melo, que no início funcionava em uma única sala do prédio então doado por Dona Zulmira. Trata-se do mesmo prédio onde inicialmente funcionou o Grêmio Monsenhor Melo (semente da Escola Profissional Monsenhor Melo).

O Centro Educacional Zulmira Melo (CEZUMEL), ilustrado na Figura 25, foi a primeira escola de Ibiapina a ter o 2º grau. Sobre este fato fala Alcântara (2001, p. 29):

[...] sensibilizado com a carência educacional dos jovens, o Monsenhor Odilon resolveu fundar uma escola de 2º grau sem fins lucrativos com taxas e mensalidades simbólicas (módicas). A turma fundadora do referido curso: Maria Lucielma Linhares, Maria de Fátima Almeida Moreira, Maria das Dores Romão, Idelzuíte Cileide Ribeiro Lima, Mairla Maria Fontenele Freitas, Francisco Eudes Rodrigues, Maria José de Alcântara, Maria Iracema Medeiros, Pergentino Rabelo Ximenes de Sousa, Raimunda Antônia da Costa Oliveira, Vera Lúcia Paulino da Silva, Cícera Rodrigues Lima, Mairtes Maria Carvalho Fontes (Alcântara, 2001, p. 29).

Dados sobre as escolas de Ibiapina no ano de 1976 são apresentados por Frota (1976, p. 22). A autora se refere a uma “estrutura educacional ainda insuficiente e não localizada, *in totum*, de maneira adequada”. Ela pontua a existência de 45 escolas primárias e uma secundária em Ibiapina. Esta última muito provavelmente seja o CEZUMEL, tendo em vista que o ensino secundário foi aberto neste ano.

Figura 25 - Fachada da Escola Centro Educacional Zulmira Melo. Corresponde ao mesmo prédio onde teve início o Grêmio Mons. Melo, e atualmente funciona as atividades do Centro Pastoral da Paróquia de Ibiapina



Fonte: arquivo do autor (março de 2006).

De acordo com dados de Alcântara (2002), a primeira turma do CEZUMEL foi composta pelos seguintes alunos: Maria Lucielma Linhares, Mairla Maria Fontenele Freitas, Mairtes Maria Carvalho Fontes,

Francisco Eudes Rodrigues, Maria José de Alcântara, Maria de Fátima Almeida, Idelzuite Cileide Ribeiro Lima, Maria das Dores Romão, Pergentino Rabelo Ximenes de Sousa, Raimunda Antônia, Cícera Rodrigues Lima, Vera Lúcia Paulino da Silva e Irmã Maria Iracema Medeiros. Quanto ao corpo docente, eram estes os professores:

- Dr. José Ribamar Correia (Bioquímico) – ministrava as disciplinas de Física e Química
- Dra. Antônia Fabíola (Bióloga) – ministrava a disciplina de Biologia
- Ana Sara de Araújo – responsável pelas disciplinas pedagógicas e Sociologia
- José Guedes (Técnico Agrícola da EMATERCE) – ministrava a disciplina de Matemática
- Dr. Luís Antônio (Engenheiro Agrônomo) – responsável pelas disciplinas de Inglês e Geografia
- Antônia Mendes Vasconcelos (Polinha) – ministrava a disciplina de Educação Artística
- Pe. Odilon Marinho de Pinho – ministrava as disciplinas de História Geral, Filosofia, Psicologia, Moral e Civismo, Religião e O.S.P.B. (Organização Social e Política do Brasil).

Anotações feitas entre 1979 e 1988 pelo Monsenhor Odilon no Livro Tombo III da Paróquia de Ibiapina revelam a contribuição da escola fundada por ele para a educação e juventude de Ibiapina. O papel do Centro Educacional Zulmira Melo foi de suma importância na formação de professores e professoras normalistas que passariam nos próximos anos a atuar nas escolas particulares e públicas de Ibiapina. Dentro desse contexto, Ibiapina deve reconhecimento ao Monsenhor Odilon por seu empenho visionário na educação e progresso do município.

Segundo ele, o dia 31 de dezembro de 1979 foi festivo, com a conclusão da segunda turma de professores normalistas, a saber: Antônio Martins Fernandes, Cícera Rodrigues Lima, José Olavo Rodrigues, Maria Celina Correia Aguiar, Maria Eliete Gomes, Maria Leni Fernandes, Raimunda Vilma Queiroz e Vera Lúcia Carvalho Oliveira. Na ocasião

houve missa no auditório da escola, benção dos anéis e entrega de diplomas seguida por um coquetel comemorativo (Livro Tombo III, p. 28).

Em 1980 a terceira turma de formandos era composta pelos seguintes 18 professores de primário: Rosângela Carvalho de Oliveira, Geralda Maria Fontenele Gomes, Ana Celia Matias Sousa, José Miramar Fontenele Freitas, Lúcia Vânia Negreiros, Luís França de Negreiros, João José Melo de Carvalho, Jucilene Correia Lima, Margarida Maria de Oliveira, Maria do Socorro Viana, Maria Enilza Gomes, Maria do Socorro Ribeiro Lima, Regina Lúcia Mendes da Rocha, Maria Eunice Carvalho, Maria das Graças Pereira da Luz, Romão Ribeiro do Nascimento e José Uilson Fontenele Freitas. A missa e entrega de diplomas se deu na igreja e às 10h da noite foi realizada uma festa dançante no auditório da escola. Ainda em 1980, Monsenhor Odilon conseguiu concluir o auditório e a quadra da escola (Livro Tombo III, p. 32).

Em 1981 foram concludentes da quarta turma: Antônio Edival de Sousa Rodrigues, Francisco Wilson Rodrigues, Raimundo Nonato Fontenele Freitas, Francisco Assis Rodrigues Rebolças, José de Jesus Veríssimo, Maria da Conceição Fernandes Batista, Maria Alves da Silva, Dircilene Aragão de Carvalho, Dirce Maria Aragão de Carvalho, Maria Vilani de Carvalho, Raimunda Pinto de Oliveira, Terezinha de Jesus Oliveira, Vera Lúcia Pereira Cavalcante, Valdívia Moraes Gomes, Rosa Maria Cunha Freire, Laura Alves Mendonça, Francisca Martins Rodrigues, Lourdenêz Timbó Gomes, e Maria do Socorro Carvalho (Livro Tombo III, p. 36 verso).

Monsenhor Odilon deixa claro tratar-se de uma luta grande, principalmente pela falta de professores, e comemora mais esta vitória. Ele aponta ainda dados sobre as condições do prédio que agora nas palavras dele *“está completo com salas de aula, biblioteca, sala de professores, secretaria, área coberta para recreação, auditório, quadra de esportes, etc.”* (Livro Tombo III, p. 36 verso).

Em 26 de dezembro de 1982, 15 jovens concluíram o magistério (2º grau). São eles: Maria Goretti Franklin Freire, Laura Helena Fontenele

Gomes, Maria de Fátima Aragão Ferro, Rosa Pinto de Oliveira, Romana Maria Rodrigues Linhares, José Edvar Medeiros da Silva, Rosa Freitas Carvalho, Bernadete de Melo Sousa, Antônia Paulino da Silva, Raimundo Nonato Fontenele Gomes, Maria de Lourdes Freire, Francisco Fernando da Silva, Eudocia Maria de Aguiar, Maria Helena Rodrigues da Silva, e Maria Helena Rodrigues de Aragão (Livro Tombo III, p. 42 verso).

Em 30 de dezembro de 1983 a escola normal, como também chegou a ser conhecido o Centro Educacional Zulmira Melo, diplomou mais uma turma de jovens para o exercício do magistério. Foram os seguintes concludentes: Antônio de Pádua Aguiar Veras, Cecília Ribeiro, Jacinta Sabino Gomes, Lúcia Maria Sousa, Maria Aparecida Alcântara de Negreiros, Maria Eugênia Feijó Melo, Maria Lúcia Moura, Maria Marlene Gonçalves, Marie Cunha Freire, Silvia Gomes Costa, Terezinha Vania Fontes Cavalcante, Walfredo de Oliveira Portela (Livro Tombo III, p. 51). A imagem abaixo (Figura 26) mostra o pelotão de frente do Centro Educacional Zulmira Melo, durante o desfile de 7 de setembro em 1983, no início da Av. Deputado Fernando Melo, nas proximidades da praça da Igreja de São Francisco.

Figura 26 - Desfile de Sete de Setembro em 1983



Fonte: Cortesia de Rosarinha Negreiros (arquivo pessoal). Setembro de 1983.

Em 26 de dezembro de 1984 foram 11 concludentes: Antônia Marillac Alves Ferreira, Iraci Cavalcante Medeiros, Rita de Cássia Silva de Oliveira, Zilma Tavares Lima, Airtes de Melo, Maria Lenira Sousa da Silva, José Airton de Oliveira, Glaycilene Marinho Romão do Nascimento, Walfrido de Oliveira Portela, Francisco Eliezer Ribeiro e Júlia da Costa Oliveira (Livro Tombo III, p. 56). Ainda neste mesmo ano, Monsenhor Odilon conseguiu colocar em funcionamento o 1º grau completo, começando naquele ano com a 5ª série.

Conforme registro feito pelo Monsenhor Odilon, em 1987 o Centro Educacional Zulmira Melo continuava em pleno vapor com mais um curso, o de Estudos Adicionais (quarto ano pedagógico ou normal). Ele registra ainda, em 23 de dezembro de 1988, o término de curso de mais uma turma com 22 professores concludentes: Maria Vanda de Melo Sousa, Valéria Ângela de Queiroz, Romildo Liebeth Moreira Gomes, Maria Luzanira Negreiros Medeiros, Ivanilde Alves Lúcio, José Edvando de Negreiros, Maria de Jesus Silva Gomes, Cláudia Maria Ferreira Pires, José Abelardo da Silva Ximenes, Rita Maria Pereira da Silva, Ana Célia Carvalho de Sousa, Pedro Ilmar Cesar Carneiro, Sebastião Rogério Paulino da Silva, Regina Célia Pereira da Silva, Francineide Ferreira Freire, Francisca Lopes Carvalho, Vanessa de Lima Pereira, Aila Maria Borges de Carvalho, Maria José Silva Gomes, Maria de Jesus Marques Barbosa, Maria Verônica Prado de Alcântara, Maria Edivânia de Negreiros (Livro Tombo III, p. 75).

Em 29 de dezembro de 1989, 13 jovens concluíram o “terceiro normal” e outros 19 a oitava série; em 31 de dezembro de 1990 foram 14 jovens, e a missa contou com a concelebração do Pe. José Linhares, deputado federal e paraninfo da turma. Em 1990 a escola funcionava desde a alfabetização ao quarto ano pedagógico (estudos adicionais).

Em 1997 a escola passou a aprovar alunos no vestibular nas cidades de Sobral e Fortaleza. O ano de 1998 teve a mais numerosa turma de formandos desde o início da escola (26 concluíram o 1º grau, 48, o 3º normal e 22 os estudos adicionais ou 4º pedagógico). Em 1999, 17 e 22 estudantes concluíram o 1º grau e o 2º, respectivamente.

Em todas as formaturas foram realizadas além da missa, bênção de anéis e entrega de diplomas, e em alguns anos houve coquetéis e/ou festa dançante. Certamente eventos marcantes na história de quem vivenciou essa época.

No ano 2000 foram concluídos os serviços de reforma do prédio, ocasião em que a área construída sofreu considerável ampliação, sendo incorporadas ao espaço da escola, duas casas laterais. Foi construído o prédio de primeiro andar que comporta no piso superior o auditório [auditório novo, como na época, nós alunos chamávamos], e no térreo salas que seriam destinadas aos laboratórios de informática, química, física e biologia, além de biblioteca no espaço que interliga o prédio antigo ao novo, banheiros, sete salas para aula e pátio. Como o próprio Monsenhor Odilon, registrou em suas anotações, não houve inauguração oficial e foram gastos quase R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais). A parte original da escola continuou abrigando a secretaria, salas de aula e amplo pátio. Neste ano 19 estudantes concluíram o 2º grau, dos quais quatro foram aprovados no vestibular em Sobral.

Cabe destacar que durante a reforma a fachada original do prédio do Grêmio Mons. Melo foi preservada e replicada na fachada do novo prédio. A fachada da casa entre os dois prédios, local onde funciona a biblioteca, também teve sua fachada original preservada. Nesta casa funcionou durante algum tempo o serviço de correios [antes de 1960], e posteriormente foi residência do casal, Sr. José Olavo Rodrigues (*in memoriam*), professor de saudosa memória, e Dona Lucimar Aragão. Ele durante alguns anos foi professor de Redação no colégio das irmãs, enquanto Dona Lucimar trabalhava na secretaria, e preenchia com caligrafia impecável nossos boletins.

O último registro sobre o CEZUMEL feito pelo Monsenhor, data do ano 2001, quando se formou a última turma do curso pedagógico ou normal, 24 concludentes ao todo. O segundo grau na modalidade “curso pedagógico” foi extinto pelo governo, quando se passou a exigir para a formação de um professor, que o mesmo cursasse o curso superior em pedagogia. Ainda neste ano, cerca de 25 jovens prestaram o vestibular em Sobral e Fortaleza. A escola contava com quase 300 alunos desde o jardim de infância ao segundo grau.

Conforme entrevista do Monsenhor Odilon ao Jornal Diário do Nordeste (edição de 28 de janeiro de 2006), a escola inicialmente era mantida com a colaboração de professores e funcionários, e com o passar dos anos tornou-se autossustentável. Em 2002 Ibiapina festejou, juntamente com Monsenhor Odilon, seu jubileu sacerdotal (50 anos) e, devido à idade avançada, ele foi aos poucos se afastando da direção da escola e do serviço pastoral na paróquia. Infelizmente, a escola, que era vinculada à Diocese de Tianguá, veio a fechar em 2006, e seu espaço transformado em Centro Pastoral Zulmira Melo.

Escola de Ensino Fundamental Maria Luiza de Sousa

A Escola de Ensino Fundamental Maria Luiza de Sousa (Figura 27) pertence à rede pública municipal e está localizada no encontro das Ruas Prefeito Pedro Aragão e Presidente Castelo Branco. Foi criada pela Lei Municipal nº 009/98, inicialmente chamando-se Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental em Tempo Integral Maria Luiza de Sousa. Apesar da lei citada apontar o ano de 1998, a escola tem sua origem no ano de 1983.

Segundo Alcântara (2001) o prédio foi construído na administração do prefeito Francisco Luís de Sousa (Chico Luís), que pôs na Escola o nome de sua genitora, Maria Luisa (Figura 28). Em material fornecido pelo Sr. Chico Luís (*in memoriam*), a grafia é Luisa e não Luiza. Na gestão do prefeito Dr. Orismar Diniz a escola foi ampliada com a construção de novas salas de aula.

De acordo com dados oficiais, desde a sua fundação em 1983, até os dias atuais a Escola contou com os seguintes diretores: Francisco José Alves (1983-1984), Maria de Lourdes Verfíssimo (1985-1988), José Edmar de Medeiros (1999-1992), Maria Ocilma Fernandes (1993-1996), Maria do Carmo Nepomuceno Gomes e Maria Neide Alcântara (1997), Maria do Socorro Almeida e Erilene Aragão de Carvalho (1998-2004),

Francisco Cleuton Pereira e Adriana Cristina Alves Ferreira (2007-2008), Ana Lúcia de Brito Lima (2009), Francisco Eliezer Ribeiro Lima e Maria Iraci Moreira (2009-2010), Francisco Eliezer Ribeiro Lima e Carísia Maria Cavalcante (2011), Francisco Eliezer Ribeiro Lima e Rita Maria Veras (2012), Maria de Nazaré Rodrigues Bezerra, Neila Maria Ferreira do Nascimento e Benedito Pereira de Melo (2013), Benedito Pereira de Melo e Luciana Damasceno Ricardo (2014-2015), Fátima da Silva Ribeiro e Thaís Pereira Gomes (2016), Francisco Douglas Carvalho Rosa e José Valmir Vasconcelos C. Filho (2017), Adriana Cunha de Jesus e Ezequiel Ferreira de Paula (2018-2020), Maria de Fátima Silva Ribeiro e Josias Ferreira de Sousa Filho (2021), Victor Rodrigues Almeida e Ana Célia Sousa da Silva (2022), Ana Célia Sousa da Silva e Guilherme Lopes de Sousa (este de fevereiro a junho) (2023), Ana Célia Sousa da Silva e Felipe Darlan Rodrigues Lima (2024).

Recentemente, em 2022, na administração do prefeito Marcos Antônio (Marcão), esta escola, bem como a escola Rita Negreiros, passaram por nova reforma e mudanças em suas fachadas, com fixação de gradil em substituição ao muro frontal, tornando os prédios escolares mais arejados e bonitos.

Figura 27 - Fachada da Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Maria Luiza de Sousa

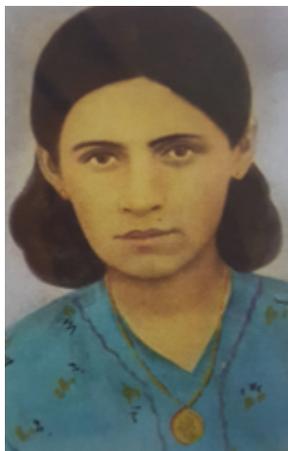


Fonte: arquivo do autor (abril de 2023).

Dados biográficos sobre Dona Maria Luisa

Maria Luisa de Sousa era filha do casal Antônio Costa e Maria Alves Costa, vindo da cidade de Tamboril para fixar residência em Ibiapina. Era a caçula dos cinco filhos do casal. Casou-se na matriz de São Pedro, em Ibiapina, em 05 de janeiro de 1935, e teve sete filhos, sendo o terceiro destes, Francisco Luís de Sousa (Chico Luís), ex-prefeito de Ibiapina.

Figura 28 - Maria Luisa de Sousa



Fonte: Cortesia do Sr. Francisco Luís de Sousa (arquivo pessoal).

Escola de Ensino Fundamental Sofia Matos

De acordo com informações colhidas na própria escola, o seu prédio foi construído no ano de 1992. Entrou em atividade no ano de 1993, inicialmente com o nome de Escola de 1º Grau Tenente Walter Ribeiro da Silva. Era um anexo da Escola de 1º Grau Juvêncio Mendes da Rocha, com quatro turmas que juntas somavam 102 alunos.

Nos anos seguintes houve aumento no número de estudantes e, conseqüentemente, no quadro de professores. Até o ano de 1998 a escola ofertava as séries iniciais do ensino fundamental (1ª a 4ª série). A escola aderiu a uma nova modalidade de ensino, passando a funcionar

com classes de ciclo de Aceleração e foi gradativamente ampliando a oferta das demais séries do ensino fundamental (5ª a 8ª série) nos anos subsequentes.

Após seis anos de funcionamento como escola anexa, foi oficialmente criada com o nome Escola de Ensino Fundamental Professora Maria Sofia Matos, pelo Decreto Municipal nº 009/98 de 20, de maio de 1998, pela prefeita municipal Maria das Graças Gomes Linhares, que escolheu este nome em homenagem à dona Sophia Matos [assim é a grafia nos documentos encontrados], sua ex-professora e a primeira professora do município de Mucambo, na época Distrito de Ibiapina (Figuras 29 e 30). Está localizada na Rua Vereador Manoel Rodrigues em frente à Praça do Estádio Municipal Pedro Sabino Gomes.

Figura 29 - Fachada da Escola Professora Maria Sofia Matos



Fonte: Cortesia da professora Eclesier Magna de Carvalho (maio de 2024).

Figura 30 - Professora Maria Sophia Matos



Fonte: Cortesia da professora Eclesier Magna de Carvalho (imagem capturada a partir do quadro original presente na sala de leitura da escola).

Atualmente chama-se Escola de Ensino Fundamental Sofia Matos e atende estudantes do 6º ao 9º ano. Está localizada à Rua Vereador Manoel Rodrigues, em frente à praça do Ginásio de Esportes Municipal ou praça do Estádio Carvalhão. Sua estrutura física apresenta 11 salas de aula, 01 sala de leitura, 01 sala de professores, 01 sala para direção, 01 secretaria, 01 cozinha, 01 refeitório, 04 banheiros, 01 depósito de material e outro para merenda.

Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Rita Negreiros

Dados oficiais da própria escola apontam sua origem em fevereiro de 1982, durante a administração do prefeito Luiz Bezerra de França. Foi formalmente criada pelo Decreto nº 030 de 2001. Inicialmente tratava-se de uma creche, chamada Gente Pequena, que com o passar dos anos viu o número de alunos aumentar, exigindo a ampliação de sua estrutura física.

Esse fato fez com que a escola passasse a ofertar a educação infantil e fundamental. Nessa época, passou a se chamar Escola Rita Negreiros (Figura 31), uma homenagem à professora (Figura 32), já falecida, e cunhada do prefeito Luiz Bezerra de França.

Figura 31 - Fachada da Escola Rita Negreiros



Fonte: arquivo do autor (abril de 2023).

Passou por sucessivas reformas visando melhorias da infraestrutura durante as gestões dos prefeitos Hélio Linhares (*in memoriam*), Dr. Orismar Vanderlei Diniz, Maria das Graças Gomes Linhares, Marcos

Antônio da Silva Lima [Marcão] (primeira e segunda gestão) e Marta Ângela Sobreira Vanderlei.

Até o ano de 2011 a escola atendeu o Ensino Fundamental II e, devido ao número elevado de estudantes das séries iniciais, a mesma passou a ofertar apenas a Educação Infantil e o Ensino Fundamental I.

Figura 32 - Professora Rita Negreiros de Alcântara



Fonte: Cortesia de sua filha e professora, Adriana Negreiros.

Dados biográficos sobre Dona Rita Negreiros

Dados biográficos sobre Dona Rita Negreiros nos foram disponibilizados pela professora Silvia Romão, a partir de documento existente na escola e que transcrevemos abaixo:

“Rita Bezerra de Negreiros nasceu de parto normal na casa de seus pais no Sítio Bacaba, no dia 17 de agosto de 1949. Era a 5ª filha do casal Joaquim Serafim de Negreiros e Emiliana Bezerra de Negreiros. Foi alfabetizada em casa por uma professora particular.

Aos 14 anos casou-se com Antônio Teixeira de Alcântara e continuou, agora com o esposo, morando no sítio Bacaba. Dessa união nasceram seis filhos: dois faleceram quando criança e quatro sobreviveram. São eles: Francisco Sérgio Negreiros de Alcântara, Rosa Maria Negreiros de Alcântara, Sandra Regina Negreiros de

Alcântara, Adriana Negreiros de Alcântara e Emiliana Negreiros de Alcântara.

Foi uma mulher corajosa e cheia de sonhos. Rita retomou os estudos e, todas as noites acompanhada pelo marido, ia a pé até a cidade para a escola. Frequentou as Escolas Reunidas atual Rosa Martins, onde concluiu o Ginásio.

Aprovada em uma seleção, passou a trabalhar como professora do Mobral, ministrando aulas para jovens e adultos no período noturno e durante o dia, ensinava crianças na casa grande como era identificada a residência de seus pais. Além de professora, era costureira, cuidava dos afazeres domésticos, auxiliava o marido na agricultura, de onde colhiam hortaliças que eram vendidas aos sábados, na feira.

Na segunda gestão do Prefeito Pedro Sabino Gomes, foi fundado o O.M.E (Órgão Municipal de Educação) e lá estava Rita desempenhando a função de supervisora da Educação Municipal. Sempre esteve engajada em atividades voltadas para a Educação do povo Ibiapinense. Foi diretora várias vezes, inclusive da Escola Municipal Juvêncio Mendes da Rocha, que na época funcionou no prédio ocupado pela atual escola Rosa Martins Camelo Melo.

Desde a primeira gravidez, Rita passou a sentir fortes dores de cabeça que se acentuavam a cada novo período gestacional. Em 1980 descobriu que estava grávida mais uma vez. E como as dores de cabeça tornaram-se mais preocupantes, deslocou-se para Fortaleza, onde foi diagnosticada com aneurisma cerebral. Infelizmente, no dia 03 de outubro de 1980 veio a falecer.”

Centro Educacional SESC Ler de Ibiapina

O início de suas atividades remonta ao ano de 2001, funcionando inicialmente em uma sala cedida pelo município enquanto se aguardava a conclusão da construção do prédio, solenemente inaugurado em março de 2002. A unidade educacional está situada à Avenida Deputado Álvaro Soares, s/n, na entrada da cidade, no sentido Uajarajá-Ibiapina (Figura 33).

A escola tem como diretora a professora Selma Gomes Linhares e oferta de forma gratuita as modalidades Ensino Fundamental I e II, e o

Ensino Médio, todos para jovens e adultos, além do Projeto Criar Sesc, que é uma complementação curricular em no contraturno do horário escolar. Este projeto atende crianças do primeiro ao sexto ano das escolas públicas de Ibiapina, com a realização de atividades integradas aos programas do Sesc, como educação, lazer, assistência, cultura e saúde. A modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) oportuniza àqueles que não concluíram os estudos no tempo regular, o acesso à Educação Básica, desde a Alfabetização ao Ensino Médio.

Figura 33 - Fachada do Centro Educacional Sesc Ler de Ibiapina



Fonte: Cortesia da supervisora administrativa da escola, Maria Carneiro Machado [Mariazinha].

Colégio Nossa Senhora dos Remédios

O Colégio Nossa Senhora dos Remédios está localizado na Av. Deputado Álvaro Soares, em frente à praça da Igreja de São Francisco. Suas atividades tiveram início no ano de 2003 com aproximadamente 70 estudantes (Figura 34).

A escola é fruto de um antigo desejo da Sra. Maria Nadi Mendes da Rocha Queiroz que, mesmo ao passar por diversas dificuldades familiares, encontrou no seio da própria família o apoio que necessitava para concretizar seu sonho.

Hoje a escola atende cerca de 300 estudantes com a oferta da Educação Infantil e Ensino Fundamental. Pedro Saulo Mendes de Queiroz é o diretor administrativo, e sua esposa, Myrlane Matias da Silva de Queiroz, é responsável pela direção pedagógica.

Figura 34 - Fachada do Colégio Nossa Senhora dos Remédios



Fonte: Cortesia do diretor Saulo Queiroz.

ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR MUNICIPAL (1973-2024) E AS ESCOLAS ATUALMENTE EM FUNCIONAMENTO

As informações colhidas entre membros da comunidade ibiapinense e com atuação histórica na área educacional dão conta da existência de um Órgão Municipal de Educação (OME) em meados da década de 1970. Entre os anos de 1973 a 1976 era prefeito o Sr. Pedro Sabino Gomes (*in memoriam*), em segundo mandato. Nessa época, assumiu o OME a professora Sra. Rita Negreiros de Alcântara (*in memoriam*).

No pleito eleitoral de 15 de novembro de 1976, obtiveram vitória para os cargos de prefeito e vice-prefeito, os senhores Dr. Antônio Correia Saraiva (*in memoriam*) e Francisco Luís de Sousa (*in memoriam*). O prefeito recém-eleito, logo após a posse, estruturou um grupo de assessores para a sua administração. Dr. Saraiva, como era conhecido, enviou sua primeira mensagem à Câmara Municipal criando vários cargos e nomeando seus ocupantes. Este ato foi objeto de investigação, sob a suspeita de que o patrimônio municipal estivesse sendo lesado, conforme consta em documento disponível no Arquivo Nacional (Ministério da Justiça, datado de 16 de agosto de 1977). Dentre os assessores, figuram os nomes de Mons. Odilon Marinho de Pinho (*in memoriam*) e da Sra. Ângela Matos Correia Aragão [Dona Angeli] como orientadores do Ensino de 1º Grau.

Monsenhor Odilon Marinho de Pinho chegou em Ibiapina no ano de 1973, com a missão de assumir a paróquia, mas desde cedo

demonstrou interesse em contribuir e organizar o setor educacional de Ibiapina.

No entanto, o então prefeito Dr. Saraiva, foi agraciado pelo governador do Estado, Cel. Aduino Bezerra, com um bolsa de estudos na Alemanha (Berlim), pelo período de 18 meses, fato que levou a cadeira do executivo municipal ao seu vice, Sr. Francisco Luís de Sousa (*in memoriam*), conhecido por todos como Chico Luís.

Em sua gestão, o Sr. Francisco Luís foi responsável por sancionar e promulgar a Lei nº 187/77 de 20 de fevereiro de 1977 que alterou o Anexo II da Lei nº 179 de 06 de setembro de 1976, reclassificando os cargos e empregos do magistério e dando outras providências. Justificou a alteração citada, o interesse do gestor pelo desenvolvimento educacional dos ibiapinenses. Com isso, ele ampliou o número de professores, fixou novos vencimentos básicos com base no grau de instrução e incentivou o aperfeiçoamento dos professores(as) do município.

Com a alteração na Lei, os cargos e empregos do magistério, integrantes do quadro de pessoal do município, passam a ser reclassificados conforme o grau de instrução em:

- Padrão CM-1 ou EM-1, os professores leigos (salário de 100 cruzeiros);
- Padrão CM-2 ou EM-2, aqueles que comprovem ter concluído o 1º grau (salário de 200 cruzeiros);
- Padrão CM3 ou EM3, aqueles que comprovem possuir o Curso Normal completo ou equivalente (salário de 400 cruzeiros);
- Padrão CM-4 ou EM-4, aqueles que possuam Curso Superior (salário 700 cruzeiros).

Conforme dados para o ano de 1977, lista-se a seguir, a relação de professores(as) enquadrados(as) no regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e àqueles estatutários:

Tabela 9 - Relação de professores de Ibiapina em 1977

Professores em regime de CLT	
1. Raimunda Bezerra de Souza	31. Laura Alves Mendonça
1. Raimunda Bezerra de Souza	32. Maria do Socorro Bezerra
3. Maria do Carmo Melo Cunha	33. Maria do Socorro Vasconcelos
4. Luzia Tudes de Araújo	34. Pedro Pereira Neto
5. Raimunda Porfírio Medeiros	35. Luiza Rodrigues de Souza
6. Rita Aureliana de Sá	36. Maria de Fátima Freire
7. Maria Enilda Correia da Rocha	37. Maria de Fátima de Sousa
8. Valdivia Azevedo Lima	38. Maria de Fátima Paiva Negreiros
9. Maria de Fátima de Carvalho	39. Maria da Paz Porfírio de Medeiros
10. Maria do Socorro Sá	40. Ozita Vasconcelos Alves
11. Maria Anete Oliveira	41. Mairtes Portela Barroso
12. Lucimar Rodrigues da Silva	42. Luiz França de Negreiros
13. Clarice Alves Felício	43. Tereza Maria Queiroz de Paula
14. Maria Alda Lopes Correia	44. Maria Salesinha Negreiros
15. Vera Lúcia Pereira da Silva	45. Margarida Maria Pereira César
16. Raimunda Medeiros de Paula	46. Francisca das Chagas Medeiros
17. Maria Silene Medeiros	47. Raimunda Antônia da Costa Oliveira
18. Bernadete Maria Lopes Paiva	48. Raimunda Carvalho de Queiroz
19. Maria do Carmo Dias do Nascimento	49. Rita Maria Linhares
20. Maria do Socorro Franklin Ferreira	50. Maria Orlenita Aragão
21. Maria Círia Gomes Costa	51. Margarida Maria de Oliveira
22. Francisca Eunice Oliveira	52. Iracema Alves Medeiros
23. Maria das Graças Vieira da Silva	53. Maria Gorette Pereira
24. José Florêncio de Souza	54. Maria Stela Silva Passos
25. Antônia Ferreira de Souza	55. Francisca Romão Rodrigues
26. Maria Gorette Camilo do Nascimento	56. Maria Iraci Negreiros
27. Tereza Cristina Portela	57. Maria Rosarinha Negreiros Bezerra
28. Maria do Socorro Martins	58. Rita Ximenes de Alcântara
29. Maria Gorette Araújo Sá	59. Maria do Socorro Lima
30. Maria Gorette Almeida Veras	60. Lúcia de Fátima Andrade

Professores estatutários	
1. Maria do Carmo Silvestre	10. Sebastiana Ximenes de Almeida
2. Maria Aparecida Lima	11. Inácia Ximenes de Melo
3. Maria Francisca da Conceição	12. Francisca Aragão Nepomuceno
3. Maria Francisca da Conceição	13. Maria da Lapa Gomes
5. Maria Aragão de Carvalho	14. Nívea Melo Tavares Aragão
5. Maria Aragão de Carvalho	15. Luiza Rodrigues Cruz
7. Vicência Maria da Conceição	16. Senhorinha da Silva Melo
8. Francisca Terezinha C. da Silva	17. Rita Negreiros de Alcântara
9. Adalgisa Costa	18. Maria Evalda de Queiroz

Dos nomes acima listados, 54 eram professores leigos, 16 tinham o Curso de 1º Grau e apenas 08 o Curso Normal.

Durante o levantamento das informações, surgiram os nomes de outras pessoas que também contribuíram trabalhando no setor educacional, conforme documento datado de 21 de maio de 1977, a saber:

Tabela 10 - Relação de outros profissionais da área educacional em Ibiapina no ano de 1977

1. Amadeu Ximenes Aragão	Diretor do Ensino de 1º Grau
2. Maria José Bezerra Negreiros	Diretora do Grupo Escolar Municipal
3. Odilon Marinho de Pinho	Orientador do Ensino de 1º Grau
4. Ângela Matos Correia Aragão	Orientadora do Ensino de 1º Grau
5. Raimunda Ximenes Melo	Bibliotecária
6. Maria Eunice Rocha Carvalho Melo	Supervisora do MOBREAL
7. Maria Luciélma Linhares	Supervisora do MOBREAL
8. Maria Martha Aragão	Supervisora da Merenda Escolar
9. Pedro Marcos de Queiroz	Supervisor das Escolas Municipais
10. José Correia de Sá	Supervisor das Escolas Municipais
11. Expedita Ximenes Melo	Merendeira

12. Maria Anita Prado de Alcântara	Servente do Grupo Escolar Municipal
13. Maria Oliveira de Souza	Servente do Grupo Escolar Municipal
14. Rita Ximenes de Melo	Servente do Órgão Municipal de Educação
15. Terezinha Lima Santana	Merendeira
16. Maria de Fátima Pontes de Assis	Merendeira
17. Maria Lúcia Gomes	Servente do Grupo Escolar Municipal
17. Maria Lúcia Gomes	Servente da Biblioteca
19. Tereza Silva de Sá	Servente do Grupo Escolar de Alto Lindo
20. Maria das Dores Feitosa Micena	Merendeira
21. Maria Messias de Araújo	Merendeira

Durante a gestão do prefeito Francisco Luís de Sousa (1977-1982), foi responsável pelo Órgão Municipal de Educação (OME) a professora Maria José Negreiros (*in memoriam*) (Figura 35), irmã das professoras Rosarinha Negreiros, Lucia Vânia Negreiros e da ex-gestora da pasta educacional, Rita Negreiros de Alcântara (*in memoriam*).

Figura 35 - Professora Maria José de Negreiros



Fonte: Cortesia da professora Lúcia Vânia Negreiros.

Assim nos fala Dona Rita Alcântara sobre a professora Mazé Negreiros:

Maria José Bezerra de Negreiros lecionou numa escolinha de crianças no Sítio Jardim, na gestão do prefeito Pedro Sabino Gomes. Nessa época foram criados os Órgãos Municipais de Educação e ela foi escolhida para ser a primeira coordenadora Municipal de Educação. Dedicou-se a um trabalho de excelente qualidade sobretudo em organização já que as coisas eram muito dispersas e por que não dizer meio desmanteladas?

Nesse período fui convidada por ela para coordenar o ensino religioso, função que exerci com grande alegria, pois via a sede que os educadores da época possuíam de conhecimento da palavra de Deus, alegria também por ter recebido da Mazé todo o apoio no que precisava para o meu trabalho (Alcântara, 2001, p. 86).

A professora Maria José Negreiros (Mazé Negreiros) permaneceu na função durante a gestão do prefeito e seu cunhado, Sr. Luiz Bezerra de França (*in memoriam*) (1983-1988). Devido ao falecimento da professora Mazé Negreiros, assumiu temporariamente o órgão, o Sr. Antônio Almir Fragoço Costa. Muito provavelmente com a promulgação da Constituição Federal em 1988, os departamentos ou órgãos municipais responsáveis pelos setores e atividades de prestação de serviço à população, sofreram reestruturação e passaram a ser chamados de secretarias municipais.

Lista-se na Tabela 11, a seguir, todas as pessoas que ocuparam o cargo de coordenador(a)/secretário(a) municipal de educação a partir do ano de 1974.

Tabela 11 - Coordenadores(as) do Órgão Municipal de Educação e Secretários(as) Municipais de Educação

Nº	COORDENADORES(AS) / SECRETÁRIOS(AS)	PERÍODO
1	Rita Negreiros	1973-1976
2	Mons. Odilon Marinho de Pinho e Dona Ângela Matos Correia Aragão (chamados à época de orientadores do Ensino de 1º Grau)	1977

3	Maria José Negreiros (Mazé Negreiros)	1977-1986
4	Antônio Almir Fragoso Costa	1987-1988
5	Francisco José Alves (Del)	1989
6	Maria José (Zezé, de Viçosa do Ceará)	1989-1992
7	Maria do Rosário Melo	1993
8	Antônio Almir Fragoso Costa	1993-1996
9	Maria de Fátima Melo Gomes	1997-1998
10	Maria do Carmo Nepomuceno Gomes	1999-2000
11	Vanderly Linhares	2001-2004
12	Antônia Mendes Vasconcelos (Polinha)	2005-2008
13	Maria das Graças Comes Linhares	2009
14	Alberto Sabino Gomes	2009-2011
15	Walfrido de Oliveira Portela	2012
16	Eli Diniz	2013
17	Raimunda Nonata Pessoa Gomes	2014
18	Lúcia de Fátima Timbó da Costa	2014-2015
19	Maria Jucilene Silva Coutinho	2015-2016
20	Antônio Alberto Rodrigues da Silva	2017
21	Cláudia Rodrigues Gomes	2018-2020
22	Adriana Cristina	2021
23	Francisco Cleano Lima Melo	2021-2024

Fonte: elaborado pelo autor.

Como explanado no decorrer desta obra, ao longo dos anos escolas foram criadas e extintas, ou ainda, tiveram seus nomes modificados. Atualmente, o município conta com escolas da rede pública estadual e municipal, além de escolas da rede particular (Tabelas 12 a 14), a quais listamos a seguir.

Tabela 12 - Escolas Estaduais (em funcionamento no ano de 2024)

Nº	UNIDADE ESCOLAR	LOCALIZAÇÃO
1	E. E. M. Monsenhor Melo	Av. Pedro Ferreira de Assis, 284, Centro
2	E. E. M. Rosa Martins Camelo Melo	R. Padre Ibiapina / Praça de Nossa Senhora do Bom Parto, Centro
3	E.E.I.E.F. Manoel Rodrigues de Medeiros	Distrito de Alto Lindo

Fonte: Secretaria Municipal de Educação.

Tabela 13 - Escolas Municipais (em funcionamento no ano de 2024)

Nº	UNIDADE ESCOLAR	LOCALIZAÇÃO
1	C. M. E. I. Guilherme Aragão Queiroz	Praça do Estádio
2	E. E. I. E. F. Aderaldo Negreiros	Sítio Canto Alegre
3	E. E. I. E. F. Amadeu Camelo da Silva	Sítio Laranjeiras
4	E. E. I. E. F. Antônia Romão de Carvalho	Sítio Santa Bárbara
5	E. E. I. E. F. Dom Bosco	Distrito de Santa Tereza
6	E. E. I. E. F. Domingos Ferino	Sítio Pejuaba
7	E. E. I. E. F. Francisca Rodrigues Gomes	Bairro Raimundo Linhares
8	E. E. I. E. F. Francisco Domingos	Sítio Taquaratis
9	E. E. I. E. F. Jarbas Passarinho	Sítio Araçás
10	E. E. I. E. F. João Vaz de Aguiar	Distrito de Pindoba
11	E. E. I. E. F. Juvêncio Mendes da Rocha	Sítio Paratibe
12	E. E. I. E. F. Ludugero Ferreira Gomes	Distrito de Jurema Sul
13	E. E. I. E. F. Manoel Rodrigues de Medeiros	Distrito de Alto Lindo
14	E. E. F. Maria Luiza de Sousa	Centro
15	E. E. I. E. F. Maria Matias	Distrito de Betânia
16	E. E. I. E. F. Nossa Senhora das Graças	Bairro Pedrinhas
17	E. E. I. E. F. Nossa Senhora do Carmo	Sítio Vereda
18	E. E. I. E. F. Presidente Castelo Branco	Sítio Janeiro
19	E. E. I. E. F. Raimundo Ferreira de Sousa	Sítio Janeiro
20	E. E. I. E. F. Rita Negreiros	Bairro São João
21	E. E. F. Sofia Matos	Praça do Estádio

Fonte: Secretaria Municipal de Educação.

Tabela 14 - Escolas Particulares (em funcionamento no ano de 2024)

Nº	UNIDADE ESCOLAR	LOCALIZAÇÃO
1	Escola Profissional Monsenhor Melo	R. Monsenhor Melo, 527, Centro
2	Centro Educacional Sesc Ler*	Av. Deputado Álvaro Soares, s/n
3	Colégio Nossa Senhora dos Remédios	Av. Deputado Álvaro Soares / Praça da Igreja de São Francisco, Centro

Fonte: Secretaria Municipal de Educação.

*Instituição privada, mas que oferta ensino público.

CONSIDERAÇÕES

Falar sobre Educação é falar sobre pessoas. E falar sobre pessoas é falar sobre suas vidas e contribuições, é falar sobre quem toca e sobre quem é tocado.

As irmãs Sinhá e Zulmira Melo foram impulsionadoras da arte, da cultura e da educação em uma Ibiapina muito carente e em uma época onde tudo era difícil. As iniciativas destas senhoras, somadas ao trabalho que tanto elas quanto todas as irmãs josefinas e o Monsenhor Odilon realizaram, foram fundamentais para orientar mudanças não apenas no âmbito educacional, mas também nos aspectos sociais, econômicos e políticos de Ibiapina.

Ibiapina muito deve à generosidade das irmãs Melo (Sinhá e Zulmira), à abnegação, coragem e pioneirismo das irmãs josefinas, em especial à Irmã Gisele Lima Aragão (filha do Sr. Pedro Aragão e de D. Mariêta Aragão), que teve forte influência na vinda da congregação Josefina para Ibiapina, bem como ao Mons. Odilon, por sua visão futurista e de progresso.

Quem conviveu com o Monsenhor Odilon teve a oportunidade de ver o entusiasta e educador nato que foi. Seu papel na educação de Ibiapina foi fundamental, ao possibilitar a formação de diversos professores que até os dias hoje atuam nas escolas de Ibiapina. Antes disso, somente deslocando-se para outras cidades, como Ubajara, São Benedito e Ipu, por exemplo, seria possível estudar o chamado Curso Normal, que garantia o direito de lecionar devidamente diplomado(a).

As iniciativas tomadas por esse seletivo grupo de pessoas foram determinantes para o futuro dos ibiapinenses, ao transformar vidas através do acesso ao ensino. É difícil não existir uma família ibiapinense que não tenha sido tocada pelo trabalho desses expoentes da educação de Ibiapina. Esses personagens são verdadeiros baluartes do progresso que chegaria nas décadas seguintes.

Ao realizar o levantamento de informações para este livro, foi possível perceber que o interesse pela arte de educar está no sangue da família Negreiros. Atuando em Ibiapina ou fora dela, podemos citar: Rita Negreiros (*in memoriam*), Mazé Negreiros (*in memoriam*), Oselite Negreiros, Iraci Negreiros, Rosarinha Negreiros, Aldeceli Negreiros (*in memoriam*), Lúcia Vânia Negreiros, Lucilene Negreiros, Adriana Negreiros e Emiliana Negreiros (estas duas últimas, filhas de Dona Rita Negreiros), Luzanira Negreiros, Ana Paula Negreiros, Jacqueline Negreiros, Maria de Fátima Negreiros e Jarbas Negreiros, bem como o próprio autor dessas linhas, além de outros que no momento não me vêm à memória.

Não posso me furtar de destacar o trabalho exercido por todas as professoras e todos os professores envolvidos no processo educacional ao longo da história de Ibiapina, mesmo aqueles(as) que apenas tiveram experiências esporádicas na esfera educacional. Desde o primeiro professor da cidade aos que hoje estão em atividade, todos(as) fazem parte dessa história.

Ensinar é uma tarefa árdua. A luta é diária, cansativa e, muitas vezes, desanimadora. É um nadar contra a corrente, buscando sobreviver a todo tipo de adversidade, desde o despertar pela manhã cedo, ao deslocamento debaixo de sol ou chuva, a pé ou “motorizado”, alguns percorrendo longas distâncias por estradas nem sempre em bom estado de conservação, até chegar à escola. Sem mencionar toda carga de problemas e aflições pessoais que nos acompanham, afinal, somos humanos.

Somos os únicos profissionais que atendem mais de uma pessoa ao mesmo tempo, e ainda assim, somos muitas vezes incompreendidos, pelos alunos, pela família (deles e nossa), pelos governantes e pela sociedade.

Aos professores e professoras devemos todo o reconhecimento, a valorização e a gratidão, pois são heróis e heroínas que diariamente lutam para transformar vidas em busca de um futuro melhor.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, R. X. **Histórias de Minha Terra e de Minha Gente**. Editora Forgel, Fortaleza, Ceará, 2001.
- ALCÂNTARA, R. X. **Bodas de Ouro Sacerdotais**: Mons. Odilon Marinho de Pinho. Gráfica Noroeste, 2002. 119p.
- ALCÂNTARA, R. X. **Memórias e Poemas de Rita Alcântara**. Papelaria Gráfica Tavares, 2008.
- ALVES, F. A. F. Sobre a necessidade de uma história e memória da formação de professores no estado do Ceará na passagem dos séculos XX-XXI. In: Cavalcante, M. J. M. (org.) **História e Memória da Educação no Ceará**. Imprensa universitária: Fortaleza, 2002.
- ARAGÃO, F. L. **Quarto centenário de morte do jesuíta Padre Francisco Pinto**. 76p.
- ARAÚJO, F. S. **História Religiosa da Ibiapina**. 1983. 116p.
- ASSIS, P. F. **Album Historico D'Ibyapina do Estado do Ceará**. 2ª edição. Sobral, Ceará. Secção de Obras da Patria, 1911.
- ASSIS, P. F. **Diccionario Historico e Geographico da Ibiapaba**. Editores Ramos & Pouchain, Fortaleza, Ceará. 1935.
- BARREIRA, A. **A Escola Primária no Ceará** – ensaio sócio-pedagógico. Edições Clã, Fortaleza, Ceará, 1949.
- BEZERRA, A. **Notas de Viagem**. Imprensa Universitária do Ceará, Fortaleza, Ceará, 1965.
- CASTELO, P. A. 1970. **História do Ensino no Ceará**. Departamento de Imprensa Oficial. Coleção Instituto do Ceará. História do Ceará. Monografia nº 22, 339p.

Cavalcanti, J. P. de A. O Ceará em 1877. **Chorographia da Província do Ceará**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1888.

COSTA, E. M. L. **Sociabilidades e Cultura das Elites Sobralenses: 1880-1930**. Fortaleza: SECULT/CE, 2011.

CRUZ, F. T. C. 2017. **Memórias e narrativas da Escola Normal do Sagrado Coração em Ubajara – CE**. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará.

FROTA, L. S. de A e. A Ibiapaba do Século XVII e uma análise de suas condições sócio-econômicas atuais. **Coleção Estudos Cearenses**, Fortaleza, 1970.

Gazeta Oficial, n. 136, de 23 de março de 1864, p. 1.

Gazeta Oficial, n. 138, de 06 de abril de 1864, p. 2.

Gazeta Oficial, n. 167, de 17 de agosto de 1864, p. 1.

GIRÃO, R. **Evolução histórica cearense**. BNB/ETENE, Fortaleza, 1986.

IBIAPINA, A. M. de M. Padre Ibiapina 1805-1883. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco**, v. 16, nº 83, p. 50-62.

IBIAPINA FILHO, F. X. **Livro de Ouro dos Ximenes de Aragão**. Brasília, 2015. 986p.

Jornal **A Constituição**, nº 1, de 15 de setembro de 1872, p. 1.

Jornal **A Constituição**, nº 114, de 27 de agosto de 1874, p. 3.

Jornal **A Constituição**, nº 131, de 10 de julho de 1889, p. 1.

Jornal **A República**, nº 42, de 2 de junho de 1892.

Jornal **A República**, nº 101, de 17 de agosto de 1892, p. 1.

Jornal **A República**, nº 114, de 1 de setembro de 1892, p. 1.

Jornal **A República**, nº 241, de 21 de outubro de 1893, p. 2.

Jornal **A República**, nº 14, de 18 de janeiro de 1894, p. 4.

Jornal **Cearense**, n. 21, de 13 de março de 1873, p. 4.

Jornal **Cearense**, n. 55, de 7 de julho de 1872, p. 1.

Jornal **Cearense**, n. 54, de 5 de julho de 1874, p. 2.

Jornal **Cearense**, n. 69, de 27 de agosto de 1874, p. 2.

Jornal **Cearense**, n. 208, 18 de setembro de 1869, p. 4.

- Jornal **Cearense**, n. 230, de 14 de outubro de 1869, p. 2.
- Jornal **Cearense**, nº 157, de 27 de julho de 1881, p. 1.
- Jornal **Cearense**, nº 158, de 28 de julho de 1881, p. 1.
- Jornal **Cearense**, nº 202, de 21 de setembro de 1881, p. 1.
- Jornal **Libertador**, nº 45, de 24 de fevereiro de 1886.
- Jornal **Libertador**, nº 10, de 14 de janeiro de 1890, p. 2.
- Jornal **Libertador**, nº 41, de 17 de fevereiro de 1890, p. 3.
- Jornal **O Cearense**, n. 690, de 20 de dezembro de 1853, p. 4.
- Jornal **O Cearense**, n. 908, de 21 de fevereiro de 1856, p. 4.
- Jornal **O Cearense**, n. 1454, de 02 de julho de 1861, p. 1.
- Jornal **O Cearense**, n. 1781, 28 de janeiro de 1865, p. 2.
- Jornal **Pedro II**, n. 1210, de 16 de fevereiro de 1853.
- MELLO, M. N. Província do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, 1911, p. 50-60.
- MENEZES, D. A Educação no Ceará. Repasse Histórico-Social (das origens coloniais a 1930). In: Girão, R.; Martins-Filho, A. **O Ceará**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011. 488p. Fac-símile da edição de 1939.
- MOREIRA, D. **Catorze Camelos para o Ceará: A história da primeira expedição científica brasileira**. São Paulo: Todavia, 2021.
- MOTA, A. **História Política do Ceará** (1966-1987). Rio – São Paulo – Fortaleza: ABC Editora: 2008.
- SANTOS, J. B. dos. **Resumo Chronologico da História do Ceará**. Segundo os documentos conhecidos até 1875. Fortaleza, 1876.
- SILVA, A. R.; SIMÕES NETO, J. C.; RODRIGUES, K. G. F. C. Estrutura e Funcionamento do Ensino no Período Pombalino no Brasil. **Id on line Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, v. 12, nº 41, p. 637-648, 2018.
- SOUSA BRASIL, T. P. de. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**. Tomo I, 1863.
- SOUSA BRASIL, T. P. de. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**. Tomo II, 1864.
- SOUSA BRASIL, T. P. de. **O Ceará no centenário da Independência do Brasil**. Typ. Minerva, Fortaleza. 2 v, 1922.

SOUSA PINTO, G. 1939. Instrução Pública Primária do Ceará. Regime colonial, regime monárquico e regime republicano. **Revista do Instituto do Ceará**, ANNO LIII, Fortaleza, Ramos Pouchain ed. p. 63-110.

STUDART, B. 2004. Guilherme Studart, 1856-1938. **Notas para a História do Ceará**. Brasília: Senado Federal, Conselho editorial, 2004. Edições do Senado Federal, v. 29.

STUDART, B. **Datas e Factos para a História do Ceará**. O anno antes e o anno depois da Independência. Revista do Instituto do Ceará, 1921, p. 185-230.

STUDART, B. Administração Barba Alardo. **Resumo Chronologico**. Revista do Instituto do Ceará, 1908, p. 327369.

VIEIRA, S. L.; FARIAS, I. M. S. (Orgs.) **Documentos de política educacional no Ceará: Império e República**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. 113 p. + 4 CD-ROM – (Coleção Documentos da Educação Brasileira).

Outras fontes

- Almanach Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará para o período de 1896 a 1902.
- Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial publicado no Rio de Janeiro entre os anos de 1891 a 1940.
- Anuário Estatístico do Ceará (1917).
- Anuário Estatístico do Ceará (1924).
- Anuário Estatístico do Ceará de 1928.
- Centenário de Nascimento 1901 – 2001, Pedro Aragão Ximenes e Marieta Lima Aragão. 130p.
- Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil (1922).
- Livro Tombo da Paróquia de São Pedro de Ibiapina, v. I, II e III.
- Memória Estatística do Brasil (Biblioteca do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro).
- Regulamento da Instrução Pública (1922).
- Sistema de Informações do Arquivo Nacional.
- Sinopse Estatística do Estado do Ceará (volumes 1940 e 1942).

- Plano Político Pedagógico (PPP) de algumas unidades escolares em funcionamento em 2024.

Editora
**SER
TÃO
CULT**

Este livro foi composto na fonte Timeless, impresso no formato 15x22cm em papel offset 75g/m², com 124 páginas e em e-book formato pdf.

Fevereiro de 2025

Neste livro, são explorados não apenas os marcos históricos e os avanços pedagógicos, mas também as histórias pessoais que, ao longo das gerações, contribuíram para a construção de uma comunidade educacional vibrante. A cada capítulo, mergulhamos nas políticas educacionais, na reestruturação do ensino, nas inovações pedagógicas, nos avanços quanto ao acesso à educação, proporcionando uma visão panorâmica que abrange desde a fundação das primeiras escolas, marcadas pela influência religiosa, até as modernas instituições educativas que moldam o futuro de nossos jovens.

Profa. Dra. Patricia da Cunha Gonzaga Silva
Universidade Federal do Piauí

